

CONCORRÊNCIA

PROCESSO SEI 026.00003155/2023-69-

CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL STM nº 0001/2023 e METRÔ
Nº 10015590

CONTRATANTE (UASG):990180

ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela STM -SECRETARIA DOS
TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como
interveniente a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

OBJETO

FORNECIMENTO DE 44 NOVOS TRENS METROVIÁRIOS (6 CARROS
CADA), PARA AS LINHAS 2 – VERDE, 1 – AZUL E
3 – VERMELHA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.744.868.995,86 (três bilhões, setecentos e quarenta e quatro milhões,
oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta
e seis centavos), na data-base 01/04/2024

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **23/12/2024** às **10 hrs** horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	23
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	23
11. DOS RECURSOS	23
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	24
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27

ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela STM -SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo como interveniente a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL STM nº 01/2023 e METRÔ Nº 10015590 (Processo Administrativo nº *PROCESSO SEI 026.00003155/2023-69-*)

Torna-se público que o(a) *ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela STM -SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO por intermédio da Unidade de Coordenação do Programa de Investimentos nos Transportes Metropolitanos de São Paulo – UCPITM, sediada na Rua Boa Vista, 175 - 9º Andar - São Paulo, Capital, tendo como interveniente a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ*), realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o *fornecimento de 44 novos trens de passageiros, com 6 carros cada, para as Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha, do Metrô*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único formado por mais de um item.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei](#)

nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado do grupo único objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

- 3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*
- 3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*
- 3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*
- 3.12. Poderão participar da licitação as pessoas jurídicas estrangeiras que não possuam autorização para funcionar no Brasil, desde que seja observada a disciplina deste Edital e de seus Anexos.
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no item 4.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no item 4.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou ao maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos na subdivisão acima, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no

artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.6. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a subdivisão acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.15. No caso de participação em Consórcio, a empresa líder será a responsável pela apresentação da proposta e pela prática na licitação de todos os atos pertinentes como representante de todos os integrantes do consórcio.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário e total do item

- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Anteriormente à etapa de lances, as propostas deverão ser apresentadas no sistema eletrônico com o preço expresso em moeda corrente nacional (Real - R\$), e estruturadas com base no Modelo de Planilha de Proposta que constitui Anexo deste Edital.”

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) agente/comissão de contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta *deverá ser de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) agente/comissão de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas na subdivisão acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) agente/comissão de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o(a) agente/comissão de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) agente/comissão de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) agente/comissão de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o(a) agente/comissão de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O(A) agente/comissão de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (*quatro*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. Na hipótese de existir alguma incompatibilidade técnica no sistema, o documento acima mencionado poderá ser enviado pelo Licitante por e-mail, ocasião em que o(a) agente/comissão de contratação informará aos demais interessados sobre a publicidade do conteúdo.

6.22.6. É facultado ao(à) agente/comissão de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do agente/comissão de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o(a) agente/comissão de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.24. Por ocasião da fase de julgamento, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilhas por ele elaboradas, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, as quais deverão ser preenchidas conforme o Modelo de Planilha de Proposta e o Modelo de Planilha de Sobressalentes que constituem Anexos deste Edital, e deverão contemplar eventual moeda estrangeira que esteja prevista na proposta."

- 6.24.1 Não será admitida a apresentação de planilhas contendo mais de uma moeda estrangeira, além da moeda brasileira.
- 6.24.2 O item 02 do Modelo de Planilha de Proposta deverá ser cotado obrigatoriamente em Reais (R\$).
- 6.24.3 Os preços eventualmente propostos em moeda estrangeira deverão considerar a data-base da licitação, isto é, dia 1º do mês da data do orçamento estimado.
- 6.24.4 Os preços poderão ser apresentados com base no anexo Planilha Referencial para a Composição dos Preços Unitários, meramente orientativa, para a composição dos preços unitários.
- 6.24.5 Em conformidade com o § 1º do art. 52 da Lei nº 14.133, de 2021, os licitantes brasileiros, os licitantes estrangeiros que funcionem no Brasil e os licitantes estrangeiros que não funcionem no Brasil poderão apresentar suas planilhas com preços em Reais ou em uma moeda estrangeira, ressalvado que o item 2 do Modelo de Planilha de Proposta deverá ser cotado obrigatoriamente em Reais.
- 6.24.6 As PROPONENTES que apresentarem suas planilhas com preços em moeda estrangeira, deverão indicar, juntamente com as planilhas, os índices “A”, “B”, “C”, e “D” a serem aplicados conforme fórmula de reajuste constante na Cláusula Reajuste integrante da Minuta do Contrato, sendo certo que caberá à Contratante o direito de aceitar ou não os índices indicados, quando da emissão do contrato.
- 6.24.7 Na hipótese de a Contratante rejeitar os índices de reajustes propostos pela licitante, a seu exclusivo critério, a Contratante adotará: (i) para preços cotados em US\$ (dólares norte-americanos) ou Can \$ (dólares canadense) e outras moedas de países das Américas, com exceção do Brasil: a variação do índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos da América; (ii) para preços cotados em ¥ (Yen) e outras moedas de países da Ásia: a variação do índice de Preços ao Consumidor do Japão, (iii) para preços cotados em € (euro), £ (libra esterlina) e Sw.Fr (Franco Suíço) e demais moedas de outros países da Europa, África e Oceania: a variação do índice HICP: “Harmonised Indices of Consumer Prices, publicado pela Eurostat.
- 6.25. Os preços deverão contemplar todos os tributos, taxas, encargos e demais custos que venham incidir direta ou indiretamente na prestação dos serviços, em observância à totalidade das disposições contidas neste edital e na Minuta do Contrato, sendo certo que qualquer divergência relativa à correta indicação da sua composição é de inteira responsabilidade da PROPONENTE, que arcará com os ônus daí decorrentes.
- 6.26. Os preços deverão considerar a imunidade prevista no artigo 150, VI, “a” da Constituição Federal, bem como as isenções conferidas ao Estado de São Paulo ao Imposto de Importação – (II), Imposto sobre Produtos Industrializados – (IPI), PIS e COFINS (art. 9º, I, “a” da Lei nº 10.865, de 2004), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM (art. 14, V, “d” da Lei nº 10.893, de 2004).
- 6.27. Nos casos de bens originados do exterior a serem importados, isto é, ainda não nacionalizados, as proponentes deverão apresentar seus preços na condição DAP (entrega no local até os Pátios do Metrô na Região Metropolitana de São Paulo), conforme INCOTERMS 2020 e Resolução nº 16 de 02/03/2020 do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior, acrescidos de todas as taxas de internalização do bem, incluindo: armazenagem local, Handling In e Handling Out, Capatazia, Custo de movimentação no Porto, THC, Serviços de despacho Aduaneiro, taxa de liberação de conhecimento de embarque BL, taxa sindicato dos despachantes, entre outras.
- 6.28. As proponentes deverão considerar, ainda, os custos relativos ao desembaraço aduaneiro relacionados aos bens provenientes do exterior, bem como os mecanismos de reembolso previstos no item 11.4 da Minuta do Contrato.
- 6.29. Será da exclusiva e total responsabilidade da PROPONENTE obter, dos órgãos competentes, seja no exterior, seja no Brasil, informações sobre a incidência ou não de tributos devidos para a realização do objeto contratual, nos mercados interno e/ou externo, considerando os respectivos gravames nas suas propostas, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas. A Contratante efetuará todas as retenções determinadas pela legislação.
- 6.30. A contratação objeto da licitação inclui a aquisição de peças para emprego na manutenção dos trens da Contratante, razão pela qual estão isentas de ICMS no Estado de São Paulo, conforme Decreto nº 58.492/12 ou Decreto nº 58.491/12.

6.31. Não caberá nenhum tipo de ressarcimento ou reequilíbrio econômico-financeiro do futuro Contrato caso a PROPONENTE inclua na formação do seu preço benefícios fiscais que não se realizem por quaisquer motivos na execução do Contrato.

6.32. A omissão de qualquer tributo, despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear quaisquer acréscimos após a entrega das propostas.

6.33. Os preços deverão referir-se estritamente à quantidade e a respectiva unidade, fixadas por item, para efeito de apresentação da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) agente/comissão de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) agente/comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos itens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as

condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o(a) agente/comissão de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o(a) agente/comissão de contratação passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do(a) agente/comissão de contratação, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) agente/comissão de contratação, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) agente/comissão de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.13.4. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.13.4.1. No caso de desclassificação do licitante, o(a) agente/comissão de contratação convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados nas subdivisões do item 8.19 deste Edital e no Termo de Referência que o integra como Anexo, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Em relação à participação de pessoas jurídicas em consórcio, para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.”;

8.1.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo(a) agente/comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (*quatro*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) agente/comissão de contratação.
- 8.9.2. O disposto nos itens 8.9.1 e 8.13 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.3.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados nas subdivisões do item 8.19 deste Edital e no Termo de Referência que o integra como Anexo” somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.10.2. O disposto no item 8.10 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do item 8.10.1.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) agente/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

8.18 Em relação a empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, observando-se também as disposições subsequentes.

8.18.1 A empresa estrangeira que não funcione no País deverá apresentar, dentre os documentos de habilitação, documentação que comprove que o licitante tem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

8.18.2 Suscitada, por qualquer dos licitantes, divergência material entre documento no idioma original e sua tradução, o(a) agente/comissão de contratação poderá proceder às diligências necessárias à aferição do efetivo teor do documento, sendo desclassificado o licitante que, comprovadamente, houver apresentado tradução divergente para dela se beneficiar, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.18.3 Constatada divergência entre documento no idioma original e a tradução, identificada pelo(a) agente/comissão de contratação mediante diligências, ou mediante apreciação de eventual recurso, prevalecerá o texto original.

8.18.4 Os documentos de habilitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, equivalentes aos solicitados neste Edital e seus Anexos, devem ser apresentados de forma a possibilitar a identificação da sua validade, exigibilidade e eficácia, devendo o licitante indicar a que item do Edital ou Anexo o documento corresponde.

8.18.5 Na hipótese de inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste Edital e seus Anexos, deverá ser apresentada, por parte do licitante, declaração informando tal fato.

8.18.6 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, serão observadas as seguintes determinações:

a) os documentos de origem estrangeira apresentados para a habilitação deverão ser legalizados pelos respectivos consulados ou embaixadas do Brasil do País de Origem ou, na hipótese da alínea “b” desta subdivisão, devidamente apostilados, e acompanhados da respectiva tradução para a Língua Portuguesa realizada por tradutor juramentado no Brasil;

b) as sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, poderão substituir a necessidade de legalização pelo respectivo consulado ou embaixada do Brasil do País de Origem, referida na alínea “a” desta subdivisão, pela aposição da apostila de que tratam os arts. 3º e 4º da referida Convenção, sendo que a documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado no Brasil.

8.19 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.19.1 EXIGÊNCIA ESPECÍFICA PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONAM NO BRASIL

8.19.1.1 Declaração expressa de que se submete à Legislação Brasileira e de que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática; consistente na apresentação de Declaração elaborada conforme modelo integrante deste Edital.

8.19.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Os documentos a seguir deverão ser apresentados no caso de participação de empresas na forma de Consórcio:

8.19.2.1 Compromisso público ou particular de constituição do Consórcio, subscrito pelos consorciados, onde constem com clareza e precisão os compromissos dos membros entre si e em relação ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, as seguintes cláusulas:

a) denominação do Consórcio, composta, preferencialmente, pela aglutinação

ordenada de vocábulos que representem as razões sociais dos consorciados, iniciando-se pelo nome da empresa líder e, na sequência, pelos nomes dos demais membros, de tal forma que a denominação do Consórcio contenha quantidade de vocábulos igual à quantidade de consorciados;

b) composição do Consórcio, com indicação do percentual de participação de cada consorciado;

c) indicação da empresa líder, que representará o Consórcio perante o Contratante, bem como indicação do representante legal que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o Contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação nesta Concorrência;

d) organização do Consórcio;

e) objetivo do Consórcio;

f) prazo de duração do Consórcio, não inferior ao prazo de vigência contratual;

g) endereço do Consórcio e indicação do foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

h) definição das obrigações, responsabilidades e prestações específicas de cada consorciado, incluindo indicação da proporção econômica e financeira da participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

i) previsão de responsabilidade solidária entre todos os consorciados por todos os atos praticados pelo Consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do Contrato, incluindo a responsabilidade por encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.

8.19.2.1.1 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.”

8.19.2.2 Procurações firmadas por todos os consorciados, para outorgar poderes à empresa líder para representá-los nesta Concorrência.

8.19.2.3 Compromisso firmado por todos os consorciados, para declarar que o Consórcio não terá sua composição modificada sem prévia e expressa anuência do Contratante, até o cumprimento do objeto da contratação, mediante emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do Consórcio.

Os documentos a seguir deverão ser apresentados pela PROPONENTE individual ou por cada um dos membros do Consórcio:

8.19.2.4 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, acompanhado de prova dos administradores em exercício, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro competente, com previsão de atividade econômica compatível com o objeto da licitação.

8.19.2.5 Ato Constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova dos administradores em exercício;

8.19.2.6 Portaria de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.19.2.7 As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar os documentos de Habilitação Jurídica equivalentes de seus países de origem, ou declaração de inexistência de documentos equivalentes. Pode ser juntado documento que comprove a equivalência, se houver.

- 8.19.3 **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**
- 8.19.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- 8.19.3.2 Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado.
- 8.19.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Seguridade Social e a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados.
- 8.19.3.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede da PROPONENTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19.3.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, consistente na certidão de tributos mobiliários do domicílio ou da sede da PROPONENTE, que esteja dentro do prazo de validade nela atestado.
- 8.19.3.6 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, esta consistente na certidão relativa ao ICMS, do domicílio ou da sede da PROPONENTE, que esteja dentro do prazo de validade nela atestado.
- 8.19.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, consistente na Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos artigo 68, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.19.3.8 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas aquelas emitidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.
- 8.19.3.9 Para todas as certidões exigidas, serão aceitas, igualmente, certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débito.
- 8.19.3.10 As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar os documentos fiscais e trabalhista equivalentes de seus países de origem, ou declaração de inexistência de documentos equivalentes. Pode ser juntado documento que comprove a equivalência, se houver.
- 8.19.4 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- A Proponente deverá apresentar:
- 8.19.4.1 Balanço Patrimonial e demonstrativo contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da PROPONENTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 8.19.4.1.1 Assinatura do Contabilista e do administrador ou representante legal do Proponente no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.
- 8.19.4.1.2 As sociedades de capital aberto, em cumprimento às formalidades indicadas, poderão apresentar as demonstrações contábeis publicadas na imprensa oficial ou jornal de grande circulação.
- 8.19.4.1.3 A data de encerramento do exercício social e os poderes dos administradores para a assinatura das demonstrações contábeis deverão ser comprovados por meio da apresentação do contrato social, do estatuto social ou outro documento legal.
- 8.19.4.1.4 No caso de empresa constituída durante o ano corrente, deverá ser apresentado o balanço patrimonial de abertura da empresa devidamente assinado pelo contabilista e pelo administrador ou representante legal.

- 8.19.4.1.5 Caso o Proponente seja filial/sucursal, deverá apresentar o balanço patrimonial consolidado da matriz.
- 8.19.4.1.6 Em substituição aos documentos indicados nos itens acima, o proponente poderá apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, por meio de Escrituração Contábil Digital (ECD), na forma do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), acompanhado do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, constando a Identificação da Escrituração (HASH) e as assinaturas digitais dos administradores e do contabilista legalmente habilitado.
- 8.19.4.2 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, as empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei do país de origem, que comprovem a boa situação financeira da PROPONENTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas devem submeter seus demonstrativos contábeis (balanço e demonstrativo de resultados) devidamente certificados por um contador registrado, se a auditoria não for obrigatória pelas leis de seus países de origem.
- 8.19.4.3 No caso de empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil, é obrigatório o preenchimento do formulário constante no Anexo integrante deste Edital, com dados do último balanço exigido no item acima. Os valores deverão ser apresentados, segundo o modelo, em moeda do país de origem da PROPONENTE.
- 8.19.4.4 A proponente deverá apresentar, ainda, Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, no caso de sociedade simples, Certidão Negativa de Insolvência Civil expedida pelo distribuidor de seu domicílio ou sede, com data de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega à Contratante.
- 8.19.4.4.1 Caso a Proponente seja filial, deverá apresentar a certidão da matriz.
- 8.19.4.4.2 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- 8.19.4.4.3 Em relação aos itens 8.19.4.4; 8.19.4.4.1e 8.19.4.4.2, as empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil, deverão apresentar os documentos equivalentes de seus países de origem ou declaração de inexistência de documentos equivalentes.
- 8.19.4.4 Para os fins dos itens 8.19.4.1 e 8.19.4.2, considera-se boa situação financeira a comprovação de patrimônio líquido mínimo de que trata o item 8.19.5.
- 8.19.5 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 8.19.5.1 As PROPONENTES deverão comprovar Patrimônio Líquido de, no mínimo, R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), referente ao último exercício social.
- 8.19.5.1.1 No caso de Consórcio, o valor do Patrimônio Líquido a ser comprovado pela soma dos Patrimônios Líquidos das empresas que o compõem, na proporção de suas respectivas participações, é de, no mínimo, R\$ 407.000.000,00 (quatrocentos e sete milhões de reais), referente ao último exercício social.
- 8.19.5.2 O patrimônio líquido a ser considerado para a qualificação econômico-financeira do Consórcio será obtido pelo somatório do patrimônio líquido de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação. Considera-se atendido o requisito de habilitação em qualquer uma das seguintes situações:

I) Quando o patrimônio líquido mínimo previsto no item 8.19.5.1.1 for atingido pelo somatório dos resultados da multiplicação do patrimônio líquido de cada consorciado

pela participação percentual que detiver no Consórcio; ou

II) Quando o patrimônio líquido individual de cada consorciado for igual ou superior ao percentual de sua participação no Consórcio, multiplicado pelo valor de patrimônio líquido mínimo previsto no item 8.19.5.1.1.

8.19.5.3 Entende-se por proporção de suas respectivas participações o percentual definido no Compromisso de Constituição do Consórcio.

8.19.5.4 O valor do patrimônio líquido individual de cada empresa consorciada, comprovado por meio dos documentos indicados no item 8.19.4 e seus subitens, não poderá ser negativo.

8.19.5.5 No caso de empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil, o valor do patrimônio líquido, na moeda do país de origem, será convertido para a moeda brasileira, mediante a aplicação da taxa de câmbio de venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, referente à data de encerramento do exercício social indicada no balanço patrimonial.

8.19.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.19.6.1 Os documentos a seguir deverão ser apresentados pela PROPONENTE individual, ou pelos membros do Consórcio, por meio da composição de suas qualificações técnicas.

8.19.6.2 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da PROPONENTE, individual ou de membros do Consórcio, que comprove(m) ter ela fornecido ou estar fornecendo equipamentos e sistemas pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação.

8.19.6.2.1 Entende-se por pertinente e compatível, em características e quantitativos, o fornecimento de ao menos vinte e dois (22) trens novos de ao menos quatro (4) carros, com nível de automação (GoA 3) ou com nível de automação (GoA 4) e com caixa de aço inoxidável de dezoito (18) metros ou mais, com no mínimo:

- Sistema de Tração em AC com IGBT (Insulate Gate Bipolar Transistors); e
- Sistema de Ar-Condicionado; e
- Sistema de freios a disco com sistema eletrônico e anti-deslizamento.

8.19.6.3 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações:

- a) Caracterização do fornecimento realizado;
- b) Nome e identificação do signatário/data de emissão;
- c) Quantitativos dos fornecimentos realizados.

8.19.6.4 A comprovação da quantidade de 22 trens (de ao menos quatro carros) que se refere o subitem 8.19.6.2.1 poderá ser feita mediante o somatório de atestados.

8.19.6.5 As características dos sistemas listados abaixo não são divisíveis e devem constar em todos os atestados com o trem novo de ao menos 4 (quatro) carros, com nível de automação (GoA 3) ou com nível de automação (GoA 4) e com caixa de aço inoxidável de 18 (dezoito) metros ou mais:

- Sistema de Tração em AC com IGBT (Insulate Gate Bipolar Transistors); e
- Sistema de Ar-Condicionado; e
- Sistema de freios a disco com sistema eletrônico e anti-deslizamento.

8.19.6.6 No caso de consórcio, quando permitido, cada uma das experiências requisitadas no item 8.19.6.2 poderá ser demonstrada pelos membros do consórcio.

8.19.6.7 Quaisquer informações acima relacionadas, não constantes do atestado, deverão ser complementadas pelos seguintes documentos: cópias do contrato a que se refere o atestado; Ordens de Serviço e/ou outros pertinentes.

- 8.19.6.8 Em nenhuma hipótese os documentos referidos acima substituirão o atestado.
- 8.19.6.9 Os atestados referentes a Contratos em andamento deverão conter as características e as quantidades dos serviços realizados.
- 8.19.6.10 Os atestados de empresas que realizaram fornecimentos constituídas em consórcio, deverão destacar os fornecimentos exatamente realizados por cada empresa ou, no caso de impossibilidade, a proporcionalidade de participação no referido consórcio na atividade de cada um.
- 8.19.6.11 Os atestados que não estejam em nome da proponente somente serão aceitos nos casos de cisão, fusão, incorporação ou criação de subsidiária integral ou reorganização societária similar, da pessoa jurídica, em que esteja comprovada, inequívoca e documentalmente, a transferência definitiva, para si, do acervo técnico.

8.19.7. OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.19.7.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, atestando a elaboração independente da proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção, de acordo com modelo que constitui Anexo deste Edital.

8.19.7.2. Carta de habilitação subscrita por representante legal da licitante, conforme modelo que constitui Anexo deste Edital.

8.19.7.3. Tratando-se de empresa estrangeira que não funciona no Brasil, prova de constituição de representação legal, conforme modelo que constitui Anexo deste Edital.”

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. em exceção ao disposto no item 11.3.3, se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *por meio de solicitação a ser formalizada pelo site <https://fala.sp.gov.br/>*

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) agente/comissão de contratação durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

12.4.1 Multa Moratória de 1% (um por cento) do valor da proposta inicial caso incorra nas infrações previstas nos itens 12.1.4 e 12.1.5;

12.4.2 Multa Moratória de 5% (cinco por cento) do valor da proposta inicial caso incorra nas infrações previstas nos item 12.1.6.

12.5. 12.4.3 Multa Moratória de 15% (quinze por cento) do valor da proposta inicial caso incorra nas infrações previstas nos item 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: lfsouza@metrosp.com.br, kelly.cristina@metrosp.com.br, e 44trensmetro_stm@sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.metro.sp.gov.br e www.stm.sp.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 1(um) mês, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) agente/comissão de contratação.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo(a) agente/comissão de contratação.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) agente/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública desta licitação.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* www.compras.gov.br, www.metro.sp.gov.br, www.stm.sp.gov.br.

14.14. Os anexos do edital foram disponibilizados, na íntegra, nos sites www.metro.sp.gov.br, www.stm.sp.gov.br.

14.15. A assinatura do contrato oriundo da presente Concorrência fica condicionada à apresentação pela futura Contratada e à aprovação pelo Contratante da garantia de 5% do valor do contrato, prevista no art. 96 da [Lei nº](#)

14.133, de 2021, a qual deverá ser prestada em até 1 (um) mês, contado da data da respectiva notificação, observadas as instruções do Anexo IX deste Edital.

14.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – Documentos Técnicos,

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável; Não aplicável

- 14.17.1. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*
- 14.17.2. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*
- 14.17.3. *ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia (Não aplicável)*
- 14.17.4. *ANEXO VII – Planilha orçamentária;*
- 14.17.5. *ANEXO VIII – Avaliação de Execução de Serviços (Não aplicável);*
- 14.17.6. *ANEXO IX – Instruções para a apresentação da Garantia de Execução Contratual;*
- 14.17.7. *ANEXO X – Modelo De Fiança Bancária Para Garantia Contratual;*
- 14.17.8. *ANEXO XI – Modelo de Garantia para Pagamento Antecipado;*
- 14.17.9. *ANEXO XII – Termo de Ciência e de Notificação;*
- 14.17.10. *ANEXO XIII – Declaração para empresas estrangeiras que não funcionam no Brasil;*
- 14.17.11. *ANEXO XIV – Prova de constituição de representação legal para empresas estrangeiras que não funcionam no Brasil;*
- 14.17.12. *ANEXO XV – Modelo de Quadro de Informações Financeiras para empresas estrangeiras que não funcionam no Brasil;*
- 14.17.13. *ANEXO XVI – Modelo de Performance Bond*

WILLIAN BORGES

Coordenador

ANEXO I – DOCUMENTOS TÉCNICOS

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

Os anexos do edital foram disponibilizados, na íntegra, nos sites www.metro.sp.gov.br, www.stm.sp.gov.br.

DOCUMENTO TÉCNICO	NOME
CS-9.86.0X.00/700-001	
MAN-10-202	Elaboração e Fornecimento da Documentação Técnica de Sistemas, Equipamentos e Instalações
MAN-10-204	Formatos Padronizados de Documentos Técnicos de Engenharia e Arquitetura
Especificações Contratuais- Ambiental	
Especificações Contratuais - Segurança e Saúde Ocupacional	
NOR-02-208	Treinamento Vinculado à Contratação, Aquisição de Sistemas e/ou Bens
DE-9.00.00.00/3U9-003	Gabarito Dinâmico do Material Rodante
DE-9.00.00.00/3U9-004	Gabarito Dinâmico do Material Rodante
GC-9.85.XX.XX/700-001	Roteiro de MP Tipo 11 - Inspeção Geral de Vias
PI-9.85.XX.XX/732-001	Procedimento de Inspeção, Ajuste e Teste- Aparelho de Mudança de Via Tipo UIC
DE-1.86.01.00/500-007	Chaves Padrão
MD-400-U/003	
PP-3.00.00.00/3P5-001	Sistema de captação de energia do 3° trilho.
MAN-10-200	Aplicação dos Códigos de Trechos, Subtrechos e Unidades de Construção
DE-9.86.0E.24L10-001	Juntas de Portas
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
TERMO DE REFERÊNCIA	

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____

CÓDIGO FORNECEDOR _____

Pelo presente Instrumento feito em 1 via, de um lado, o ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela STM – SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, tendo como interveniente a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ, CNPJ nº-62.070.362/0001-06, com sede em São Paulo, situada na Rua Boa Vista, 175, Centro, São Paulo-SP, e de outro XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, legalmente representadas e ao final assinadas, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, nos termos da Lei Federal nº-14.133/2021 com suas alterações e das demais disposições legais aplicáveis, mediante as Cláusulas seguintes:

1. OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é o fornecimento de 44 novos trens de passageiros, com 6 carros cada, para as Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha, do Metrô, com composição descrita no item 1.7 do Documento Técnico CS-9.86.0X.00/700-001, os quais deverão ser entregues montados nas dependências do Metrô, em perfeito funcionamento e operando de acordo com os requisitos contidos no Documento.

1.2 Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por Preço Global.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Integram este Instrumento, todos os documentos da Concorrência Pública Internacional STM Nº 01/2023 e Metrô Nº 10015590 (Processo SEI 026.00003155/2023-69) e mais os seguintes:

2.1.1 Planilha de Proposta – Anexo _____;

2.1.2 Planilha de Sobressalentes – Anexo _____;

2.1.3 Ata de Esclarecimentos – Anexo _____;

2.1.4 Documentos Técnicos – Anexo _____;

2.1.5 Matriz de Riscos – Anexo _____

2.2 No caso de divergências entre o edital, contrato e os demais anexos do edital, será observada a seguinte ordem de precedência: o disposto no edital prevalecerá sobre o contrato e os demais anexos, e o disposto no contrato prevalecerá sobre os demais anexos

2.2.1 Se a divergência for entre anexos do edital diferentes do contrato, prevalecerá o disposto no anexo de data mais recente.

3. FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 Os serviços/fornecimento objetos do presente instrumento deverão ser executados em estrita consonância com a Documentação Técnica anexa ao presente contrato.

3.1.1. As atividades devem ser realizadas conforme especificado na documentação técnica CS-9.86.0X.00/700-001.

- 3.2 Os trens, equipamentos, materiais e sobressalentes, deverão ser entregues nas instalações da Contratante, localizada na Região Metropolitana da cidade de São Paulo.
- 3.3 Os serviços realizados dentro das instalações da Contratante serão executados durante 5 dias da semana (Segunda à Sexta), nos horários das 08h00min às 17h00min. Quando se fizer necessário o acesso à via permanente (operação assistida), este será restrito aos horários compreendidos entre 01h00min e 04h00min. Eventuais liberalidades de acesso fora deste horário poderão ocorrer excepcionalmente, de acordo com condições determinadas pelo Centro de Controle Operacional – CCO.
- 3.4 O custo do objeto da presente Licitação será proveniente de financiamento do Credenciamento Finame (CFI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos termos dos critérios e requisitos específicos para o credenciamento de produtos do setor Metroferroviário.

4. VIGÊNCIA/PRAZOS

- 4.1 O prazo de vigência do presente Contrato, contado da data de sua assinatura, é de: 70 (setenta) meses

- 4.1.1 O prazo de execução dos serviços objeto do presente Contrato, contado a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço (OS), é de: 65 (sessenta e cinco) meses, considerando:

- 4 (quatro) meses após emissão da primeira O.S., para aprovação do Projeto Conceitual de Trens;

- 20 (vinte) meses após emissão da primeira O.S., para aprovação do Projeto Executivo;

CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS TRENS

Descrição	Meses da assinatura da OS
Recebimento do 1º trem	21
Recebimento do 2º trem	22
Recebimento do 3º trem	23
Recebimento do 4º trem	24
Recebimento do 5º e 6º trem	25
Recebimento do 7º Trem	26
Recebimento do 8º e 9º Trem	27
Recebimento do 10º Trem	28
Recebimento do 11º e 12º Trem	29
Recebimento do 13º Trem	30
Recebimento do 14º e 15º trem	31
Recebimento do 16º Trem	32

Recebimento do 17º e 18º Trem	33
Recebimento do 19º Trem	34
Recebimento do 20º trem e 21º Trem	35
Recebimento do 22º Trem	36
Recebimento do 23º Trem	37
Recebimento do 24º Trem	38
Recebimento do 25º Trem	39
Recebimento do 26º Trem	40
Recebimento do 27º Trem	41
Recebimento do 28º Trem	42
Recebimento do 29º Trem	43
Recebimento do 30º Trem	44
Recebimento do 31º Trem	45
Recebimento do 32º Trem	46
Recebimento do 33º Trem	47
Recebimento do 34º Trem	48
Recebimento do 35º Trem	49
Recebimento do 36º Trem	50
Recebimento do 37º Trem	51
Recebimento do 38º Trem	52
Recebimento do 39º Trem	53
Recebimento do 40º Trem	54
Recebimento do 41º Trem	55
Recebimento do 42º Trem	56
Recebimento do 43º Trem	57
Recebimento do 44º Trem	58
- 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) meses após emissão da primeira O.S., para entrega dos sobressalentes	

- 4.2 ORDEM DE SERVIÇOS, RECEBIMENTO DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS E ENCERRAMENTO CONTRATUAL
 - 4.2.1 A CONTRATADA já registrada no FINAME deverá atualizar seu credenciamento no FINAME em até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato para não prejudicar a emissão da Ordem de Serviço.
 - 4.2.1.1 A CONTRATADA que ainda não possuir o registro no FINAME deverá atender o prazo previsto no item 11.6.
 - 4.2.2 A CONTRATADA deve manter seu cadastro no FINAME atualizado para emissões de futuras Ordens de Serviço. A comprovação do cadastro no nível de credenciamento que permita o fornecimento do número de trens que será objeto de cada entrega deverá ser realizada previamente à emissão da Ordem de Serviço respectiva.
 - 4.2.3 O prazo máximo para a emissão da primeira Ordem de Serviço é de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura deste contrato.
 - 4.2.4 Em até 15 (quinze) dias contados da conclusão do comissionamento de cada trem, a Contratante emitirá o respectivo Termo de Aceitação Provisória – TAP, desde que não haja pendências impeditivas.
 - 4.2.5 Em até 45 (quarenta e cinco) dias após cada trem atingir 10.000 km ou 4 meses de operação, a contar da data de emissão do respectivo Termo de Aceitação Provisória-TAP, a Contratante emitirá o Termo de Aceitação Definitiva- TAD, desde que não haja pendências técnicas de qualquer natureza.
 - 4.2.6 Após a aceitação definitiva do último trem, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Encerramento Contratual (TEC), desde que não haja pendências fiscais, trabalhistas, tributárias e financeiras.
- 4.3 O contrato somente poderá ser prorrogado nas hipóteses estabelecidas na legislação em vigor.
- 4.4 A inobservância dos prazos estipulados neste contrato somente será admitida pela CONTRATANTE quando fundamentada nos motivos de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, ou por motivos imputáveis à CONTRATANTE, os quais deverão ser comprovados sob pena de a CONTRATADA incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.
- 4.5 A hipótese de que trata o item antecedente somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso, e também, por escrito, aceita pela CONTRATANTE.
- 4.6 Não obstante o prazo de vigência estipulado no item 4.1, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração deste contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

5. PREÇOS

A indicação da moeda ocorrerá por ocasião da formalização do Contrato com a PROPONENTE selecionada, com base na proposta apresentada.

5.1 O valor total deste contrato é de ____ (extenso), na data base de 01/____/____, conforme Planilha de Proposta– Anexo ____, composto da seguinte forma:

5.2 Os preços deste contrato contemplam toda mão-de-obra, materiais, transportes, equipamentos, acessórios, tributos, encargos de natureza previdenciária, fiscal e trabalhista, incluindo benefícios sociais e os demais custos inerentes ao objeto contratual.

(item 5.2.1 somente aplicável no caso de formalização do Contrato com empresa estrangeira que não funcione no Brasil)

5.2.1 Estão incluídas nos preços todas as despesas bancárias no país de origem dos serviços, sendo que a CONTRATANTE arcará com as despesas bancárias incidentes no Brasil (OPEN ACCOUNT).

5.2.2. Firmado o contrato, além das demais disposições legais, em ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro da proposta nas hipóteses do artigo 124, II, “d”, Lei Federal nº 14.133/2021 a situação será analisada pela CONTRATANTE.

5.2.2.1. Considera-se "fato previsível", "de consequências impeditivas da execução do ajustado", para efeito citado no artigo 124, II, “d”, Lei Federal nº 14.133/2021, a variação cambial de preços de equipamentos/materiais importados, quando esta ultrapassar 10% (dez por cento) para mais ou para menos.

5.2.2.1.1 Exclusivamente para a parcela cotada em moeda estrangeira, variações cambiais até 10% (dez por cento) serão suportadas exclusivamente pela CONTRATADA, e variações cambiais superiores a 10% (dez por cento) serão suportadas exclusivamente pelo CONTRATANTE.

5.3 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados na Ação Orçamentária 2464 – Modernização do Material Rodante do Sistema Metropolitano de Transporte, Classificação Programática 26.453.3703.2464, Categoria Econômica 4.4.90.52.11.

5.4 Dotação Orçamentária

5.4.1 No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

5.4.2 A dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento;

6. MEDIÇÃO

6.1 Medição será aplicável, conforme detalhado nos itens abaixo:

- 6.1.1 Os serviços objeto deste Contrato serão apontados por medições mensais apresentadas pela CONTRATADA, as quais deverão conter todos os serviços realizados no mês da apuração, constantes da(s) Ordem(ns) de Serviço(s), e que tenham sido aprovados pela CONTRATANTE.
- 6.1.2 As medições serão feitas diretamente pela CONTRATADA, devendo seu início ser previamente comunicado à CONTRATANTE para acompanhamento.
- 6.1.2.1 As medições deverão ser numeradas sequencialmente, discriminando o número deste Contrato, o objeto, os serviços realizados e as respectivas quantidades bem como os locais de sua realização.
- 6.1.3 Procedidas as medições, os seus resultados deverão ser encaminhados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao mês apurado, para exame e aprovação ou rejeição, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, contados da data de entrega da medição.
- 6.1.3.1 As medições deverão ser encaminhadas diretamente ao gestor do Contrato, nos termos da Cláusula Comunicações adiante.
- 6.1.3.2 Os serviços que não tenham constado nas medições correspondentes aos meses em que foram realizados deverão ser apresentados em medição posterior, pelo valor da época de sua realização, obedecidas as demais condições contratuais.
- 6.1.4 No caso de rejeição de parte da medição, por responsabilidade da CONTRATADA, deverá ser observado o seguinte
- 6.1.4.1 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta Cláusula.
- 6.1.4.2 A parcela de medição rejeitada pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para cancelamento ou correção. Neste caso os prazos estabelecidos nesta Cláusula serão contados novamente, a partir da sua reapresentação.
- 6.1.4.3 A devolução total ou parcial das medições e/ou dos documentos de cobrança, não aprovados, bem como os prazos para sua reapresentação e reexame, em hipótese alguma será motivo para suspensão da execução dos serviços contratados.

7. COBRANÇA

- 7.1 Os documentos de cobrança deverão ser entregues em 2 (duas) vias, diretamente a/c do Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de seus vencimentos e deverão estar em conformidade com a legislação vigente e, caso contrário, serão devolvidos
- 7.1.1 Se a data de entrega cair num sábado, domingo ou feriado ou não haja expediente na CONTRATANTE, a entrega deverá ser realizada no último dia em que houver expediente antes desta data.
- 7.2 Nesses documentos deverão ser indicadas, obrigatoriamente, sob pena de rejeição, **ou no corpo do documento fiscal ou em documento apartado**, as seguintes informações:
 - a) Número do contrato;
 - b) Número da medição;
 - c) Identificação do item correspondente ao faturamento apresentado (na hipótese

de faturamento de valores parciais do valor total de um item planilhado ou mais de um item) acompanhada de memória de cálculo que demonstre a apuração do valor faturado com base nas quantidades ou percentuais medidos em conformidade com o quanto pactuado no Contrato.

- 7.3 Os valores de reajuste deverão ser indicados, separadamente do valor do principal, no corpo do documento de cobrança que deverá estar acompanhado da respectiva memória de cálculo.
- 7.4 No caso de a CONTRATADA apresentar documentos de cobrança com erros, se recebidos, a CONTRATANTE os devolverá por documento protocolado, solicitando o envio de nova documentação e, neste caso, os prazos para pagamento serão contados a partir de reapresentação desta.
- 7.5 Caso a CONTRATADA incorra em atraso na entrega de qualquer documento de cobrança e/ou de medição e/ou memórias de cálculo, a CONTRATANTE postergará a respectiva data de vencimento pelo mesmo número de dias correspondente ao período de tal atraso.
- 7.5.1 Ocorrendo atraso na apresentação de ambos, documento de cobrança e medição, a respectiva data de vencimento será postergada em função do documento que apresentar maior período de atraso.
- 7.6 A Nota Fiscal/Fatura/Recibo de Prestação de Serviços deverá ser emitido de acordo com as exigências estabelecidas no artigo 219 e §§ do Decreto Federal nº 3.048, de 06/05/99, com a nova redação dada pelo Decreto nº 4.729 de 2003, e suas regulamentações, devendo ainda a CONTRATADA, nos termos do mesmo Decreto e de Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, em especial à Instrução Normativa nº 2.110, da Receita Federal do Brasil, de 17/10/2022, ou outra em vigor à época da prestação do serviço/faturamento, fornecer, juntamente com tal documento, cópia da GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, correspondente ao mês da prestação de serviços, se aplicável. Para empresas que já estão obrigadas ao eSocial e DCTFWeb, fornecer instrumentos de confissão de dívida e de constituição do crédito previdenciário substituto.
- 7.6.1 Nos casos de inobservância, discrepância ou incorreção na indicação de valores, conforme estabelecido no referido Decreto, ou em casos de glosas aplicadas, a CONTRATANTE efetuará o ajuste necessário, comunicando tal fato à CONTRATADA.

(o item 7.7 (e subitem 7.7.1) será aplicado no caso de formalização de contrato com empresa estrangeira que não funcione no Brasil,

- 7.7 Deve-se apresentar fatura comercial (Invoice), seguindo o disposto no Regulamento Aduaneiro - Decreto Nº 6.759/2009 e a Instrução Normativa SRF nº 680/2006.
- 7.7.1 A especificação das mercadorias na fatura comercial deverá ser em português ou em idioma oficial do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT, ou, se em outro idioma, acompanhada de tradução em língua portuguesa, a critério da autoridade aduaneira, contendo as denominações próprias comerciais, com a indicação dos elementos indispensáveis a sua perfeita identificação conforme Regulamento Aduaneiro, art. 557, inciso III.
- 7.8 Caso o objeto contratado envolva fornecimento de material, para a entrega deverá ser emitida Nota Fiscal Eletrônica da CONTRATADA. Do mesmo modo, sempre que possível, deverão ser extraídas Fatura e Duplicata. Na Nota Fiscal deverá constar materiais correspondentes a um único Contrato.

- 7.8.1 Antes da saída da mercadoria para entrega, a CONTRATADA deverá enviar o arquivo XML da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e correspondente, ou equivalente que a legislação substitua, para o e-mail nf@metrosp.com.br ou nf-e@metrosp.com.br ou nef@metrosp.com.br, sob pena de não recebimento da mercadoria, bem como aplicação das sanções cabíveis, caso em que a CONTRATADA arcará com todos os ônus decorrentes da medida.

8. PAGAMENTO

No caso de realização do pagamento em reais:

- 8.1 O pagamento em Reais (R\$) devido à CONTRATADA se fará no 30º (trigésimo) dia subsequente ao mês da realização dos serviços ou eventos que constem de medições mensais, desde que estas tenham sido aprovadas pela CONTRATANTE.
- 8.1.1 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente que a CONTRATADA deve manter junto ao BANCO DO BRASIL S.A.
- 8.1.2 O pagamento em Reais (R\$) é obrigatório para empresas nacionais. No caso da formalização do contrato com um Consórcio composto de empresas estrangeiras e empresas brasileiras, o pagamento em Reais (R\$) será obrigatório à parcela do contrato a ser paga a referida empresa brasileira.
- 8.1.3 A CONTRATADA dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a CONTRATANTE, pela simples efetivação do crédito correspondente em sua conta corrente.
- 8.1.4 Caso ocorram atrasos nos pagamentos, por motivos imputáveis à CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado “pro-rata-tempore” desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo. Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 1}{IPC-FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 2}{IPC-FIPE\ 1} \right) \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 3}{IPC-FIPE\ 2} \right)^{(y/z)} \text{ em que:}$$

VDA = Valor atualizado do pagamento em atraso;

VDO = Valor em atraso;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês de vencimento da obrigação;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês de vencimento da obrigação;

IPC-FIPE 2 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês de pagamento da obrigação;

IPC-FIPE 3 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês de pagamento da obrigação;

n = número de dias contados da data do vencimento da obrigação, exclusive, até o último dia do mês do vencimento da obrigação, inclusive;

m = número de dias do mês do vencimento da obrigação;

y = número de dias contados do primeiro dia do mês do pagamento da obrigação, até o dia do pagamento da obrigação;

z = número de dias do mês do pagamento da obrigação.

- 8.1.5 No caso de o pagamento ocorrer no mesmo mês do vencimento, a fórmula a ser aplicada é:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 1}{IPC-FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \quad \text{em que:}$$

VDA = Valor atualizado do pagamento em atraso;

VDO = Valor em atraso;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação;

n = número de dias contados da data do vencimento da obrigação, exclusive, até a data do efetivo pagamento da obrigação, inclusive;

m = número de dias do mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação.

- 8.1.6 Caso sobrevenha atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos ou de outras providências de ordem administrativa, não ocorrerá mora do CONTRATANTE, sendo-lhe facultado pagar os valores vencidos assim que regularizada a situação.

Item 8.2 apenas no caso de realização do pagamento em moeda estrangeira, via remessa ao exterior (Somente para itens de Planilha de Preços cotados em moeda estrangeira, referentes a fornecimentos executados fora do Brasil)

- 8.2. O pagamento em moeda estrangeira será efetuado por meio de remessa ao exterior (OPEN ACCOUNT) no 30º (trigésimo) dia subsequente ao mês da realização dos serviços ou eventos que constem de medições mensais, desde que estas tenham sido aprovadas pela CONTRATANTE.
- 8.2.1 Caso ocorram atrasos nos pagamentos, por motivos imputáveis à CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados com base no item 8.1.4 e 8.1.5 do contrato.
- 8.3 No caso da proposta ser cotada em moeda diferente daquela em que será realizado o pagamento no Brasil, será efetuada a conversão dos valores de acordo com a taxa de câmbio oficial do Banco Central do Brasil, de venda, vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento. A diferença de câmbio apurada entre o câmbio cobrado e do efetivo pagamento, será liberada a 10 (dez) dias da apresentação do documento de cobrança.
- 8.4 O repasse da variação cambial obedecerá ao previsto no item 5.2.2.1.
- 8.5 Fica expressamente estabelecido que a CONTRATANTE não aporá aceite em duplicatas, triplicatas e/ou letras de câmbio, e que somente liquidará os títulos que

portem, no verso, a condição “*Vinculado à Verificação e ao Cumprimento de Cláusulas Contratuais - Contrato nº 1001559001*”, firmadas pelo emitente e eventuais endossatários.

- 8.6 Caso a CONTRATADA opte por fazer a cessão de crédito, responderá perante a Cessionária, em relação ao crédito ora cedido, pela solvência da CONTRATANTE, independentemente de qualquer meio de cobrança administrativa do crédito pela Cessionária.
- 8.6.1 Os pagamentos das cessões de crédito serão efetuados obrigatoriamente por meio de crédito em conta corrente junto ao BANCO DO BRASIL S.A.
- 8.6.2 A possibilidade de cessão de crédito acima mencionada se refere apenas para os valores em Reais.
- 8.6.3 A eficácia da cessão de crédito é expressamente condicionada à celebração de termo aditivo entre CONTRATANTE e CONTRATADA, sendo inexigível, pela CONTRATADA ou por terceiros, antes da assinatura do termo, a realização de qualquer pagamento, pelo CONTRATANTE, de forma diversa da que está previsto neste Contrato.
- 8.6.4 Para celebração do termo aditivo mencionado no item 8.6.3, a CONTRATADA deverá apresentar documentos que comprovem a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da cessionária, bem como documentos que comprovem que a cessionária não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação à participação na licitação, arroladas no Edital.
- 8.6.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria pago à CONTRATADA pela execução do objeto contratual, inclusive com desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, nos termos da legislação aplicável e deste Contrato, sendo inoponível pela cessionária, em face do CONTRATANTE, qualquer direito que possuir em face da CONTRATADA.
- 8.6.6 A realização dos pagamentos depende da manutenção das condições exigidas para celebração do termo aditivo, indicadas no item 8.6.4. Em caso de perda superveniente destas condições, o pagamento será feito na forma prevista originariamente, respondendo exclusivamente a CONTRATADA por qualquer prejuízo suportado pela cessionária.
- 8.6.7 A celebração de termo aditivo para atribuição de eficácia à cessão de crédito não afeta a execução do objeto contratado, que continuará sob responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA.
- 8.7 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.”;
- 8.8 Para cada entrega de material deverá ser emitida uma Nota Fiscal Eletrônica da CONTRATADA. Do mesmo modo, sempre que possível, deverão ser extraídas Fatura e Duplicata. Em cada Nota Fiscal deverão constar materiais correspondentes a um único Contrato.
- 8.8.1 Antes da saída da mercadoria para entrega, a CONTRATADA deverá enviar o arquivo XML da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e correspondente, ou equivalente que a legislação substitua, para o e-mail nf@metrosp.com.br ou nf-e@metrosp.com.br ou nef@metrosp.com.br, sob pena de não recebimento da mercadoria, bem como aplicação das sanções cabíveis, caso em que a CONTRATADA arcará com todos os ônus decorrentes da medida.

8.9 PAGAMENTO ANTECIPADO

8.9.1 Este Contrato prevê pagamento antecipado.

8.9.1.1 A CONTRATADA poderá solicitar pagamento antecipado, até o limite de 10% do valor de cada um dos itens da Planilha de Proposta deste Contrato, devendo apresentar Documento de Cobrança e garantia de pagamento antecipado, nos termos do item 16.17.

8.9.1.2 A amortização deste pagamento antecipado se dará de forma linear, com a retenção do mesmo percentual do item acima, aplicado a todos os pagamentos dos itens alcançados pela antecipação.

8.9.1.3. Fica a CONTRATADA obrigada a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

8.9.1.3.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

8.9.1.3.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do índice previsto no item 16.16 deste contrato, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

8.9.1.4. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes, e estará condicionado à inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.

9. REAJUSTE

9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contados do primeiro dia do mês do orçamento estimado, isto é, 01/04/2024.

9.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice abaixo mencionado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

$$Pr = Po \times \left\{ \left(0,40 \times \frac{A1}{Ao} \right) + \left(0,25 \times \frac{B1}{Bo} \right) + \left(0,20 \times \frac{C1}{Co} \right) + \left(0,15 \times \frac{D1}{Do} \right) \right\} - Po \text{ onde:}$$

Pr = Parcela de Reajuste.

Po = Preço na data base do contrato.

—Ao, A1= Índice de Salário Médio na Produção de Bens de Capital sob Encomenda - Setor ABDIB Global - Com Encargos Sociais

B0 , B1 = IPA - OG - DI - Produtos industriais (Código 1420515)

C0, C1 = -IPA - OG - DI - Produtos Industriais - Ind. Transf. - Metalúrgica Básica (Código 1420787)

D0 , D1 = IPA-OG-DI - Produtos Industriais - Ind. Transf. - Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (Código 1420855)

Mês de referência dos índices:

1 - Segundo mês anterior ao da aplicação do reajuste, conforme a periodicidade estabelecida na legislação vigente à época.

0 - Segundo mês anterior ao mês da data base contratual.

Os sobressalentes serão reajustados aplicando-se a fórmula: $Pr = Po \times \left(\frac{A1}{Ao}\right)$

- 9.2.1 No caso de itens cotados em moeda estrangeira deverá ser observado o quanto disposto abaixo:
- 9.2.2 Os índices "A", "B", "C", "D" citados no item anterior são definidos pela empresa que cotar sua proposta em moeda estrangeira quando da apresentação das planilhas, se aceitos pela CONTRATANTE, ou o índice definido por esta no caso de rejeição dos índices propostos, referentes ao segundo mês anterior à aplicação do reajuste e segundo mês anterior ao mês da data base, segundo a periodicidade estabelecida na legislação vigente à época.
- 9.2.3 O reajuste de preços de que trata esta Cláusula incidirá somente sobre eventos que estejam fixados contratualmente para cumprimento posterior à data de sua aplicação.
- 9.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 9.9 Em caso de antecipação ou atraso na realização da atividade o reajuste obedecerá às seguintes condições:
- 9.9.1 Havendo atraso atribuível à CONTRATADA, se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para realização da atividade. Se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a atividade for executada ou concluída.
- 9.9.2 Ocorrendo o atraso por razões não imputáveis à CONTRATADA ou que não poderia ser evitado por sua atuação diligente, circunstância devidamente apurada e justificada pela CONTRATANTE, prevalecerão os índices vigentes nas datas em que a atividade foi executada ou concluída, sendo efetuado o pagamento da complementação do reajuste, desde que autorizado expressamente pela CONTRATANTE e limitado ao prazo de execução contratual.
- 9.9.3 Quando houver antecipação prevalecerão os valores da Planilha de Proposta ou os valores reajustados pelos índices do período em que os serviços foram realmente executados.

10. TRIBUTOS

(o item 10.1 a seguir é aplicável no caso de formalização de contrato com empresa estrangeira que não funcione no Brasil)

- 10.1 Estão inclusos nos preços todos os tributos inerentes aos serviços objeto deste contrato incidentes no país de origem da CONTRATADA.

(os itens 10.1 a 10.5 a seguir são aplicáveis no caso de formalização de contrato com empresa brasileira ou estrangeira que funcione no Brasil)

- 10.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta deste instrumento, ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá sem direito a reembolso. A CONTRATANTE, quando for ela a fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos de lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela CONTRATADA, segundo a legislação vigente.
- 10.1.1 Caso a CONTRATADA não tenha informado a existência de 'diferencial de alíquota' em sua proposta ou se o valor informado for insuficiente, a diferença será descontada dos pagamentos devidos a empresa, da garantia de execução contratual ou poderá ser cobrada judicialmente.
- 10.2 Havendo, após a data-base dos preços, alteração, isenção, extinção de tributos ou encargos legais, ou instituição de outros que, direta e comprovadamente, repercutam sobre os preços contratados, a CONTRATANTE procederá conforme abaixo:
- 10.2.1 Caso haja diferença a maior, a CONTRATANTE somente procederá ao pagamento após a aceitação da comprovação, feita pela CONTRATADA, dos ônus daí decorrentes, mediante formalização de prévio termo de aditamento a este contrato.
- 10.2.2 Na hipótese de a CONTRATADA, ou a CONTRATANTE, vir a beneficiar-se de isenções ou reduções junto ao Fisco, proceder-se-á à revisão dos custos do Contrato, cujas alterações fiscais reflitam diretamente na composição dos preços.
- 10.2.3 Não serão consideradas para os fins desta Cláusula, as alterações de tributos ou encargos legais que incidam sobre os insumos que compõem os serviços objeto deste contrato.
- 10.3 A CONTRATADA deverá comprovar o recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste Instrumento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Sanções Administrativas deste Instrumento.
- 10.4 Quando por disposição legal, a CONTRATANTE for a responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimo e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento ou do não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados, serão descontados de quaisquer créditos da CONTRATADA perante a CONTRATANTE, ou por cobrança pela emissão de Nota de Débito.
- 10.5 A CONTRATANTE em cumprimento a Lei Federal nº 8.212/1991, com suas alterações, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.048, de 06/05/99, e instruções em vigor à época do fornecimento/faturamento, efetuará a retenção e o recolhimento ao INSS da

contribuição à Seguridade Social sobre os valores devidos por conta do presente contrato, na forma e prazos no mesmo estabelecidos, se aplicável.

10.6 INCENTIVOS FISCAIS

10.6.1 Caso a CONTRATANTE obtenha, das autoridades governamentais, benefícios fiscais ou isenções, os preços serão reformulados com base nos atos concessivos, de modo que a CONTRATADA transfira à CONTRATANTE os incentivos expressamente concedidos, segundo sua regulamentação e tempestividade de utilização, na medida em que comprovadamente possam ser utilizados.

10.6.2 A aplicação dos referidos incentivos fica condicionada à prévia comprovação, pela CONTRATANTE, das respectivas concessões e do cumprimento de todas as condições e termos estipulados nos atos concessivos das autoridades fazendárias.

10.6.3 Se, por qualquer razão, os incentivos vierem a ser revogados com efeito retroativo, total ou parcialmente, pelas autoridades, a CONTRATANTE reembolsará a CONTRATADA de todos os abatimentos concedidos a esse título, assim como de todos os tributos e demais acréscimos exigidos legalmente, em virtude da referida revogação.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

11.1.1 A CONTRATADA obriga-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem ao presente Instrumento, comunicando imediatamente qualquer fato ou circunstância superveniente que altere tais condições.

11.1.1.1 A CONTRATADA, após comprovação do efetivo registro do Credenciamento FINAME nos termos do item 11.6, obriga-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a manter todas as condições relativos ao Credenciamento Finame (CFI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos termos dos critérios e requisitos específicos para o credenciamento de produtos do setor Metroferroviário, bem como o Plano de Desenvolvimento de Nacionalização exigido pelo órgão financiador, cabendo à CONTRATADA atender integralmente as eventuais atualizações e revisões do Credenciamento Finame (CFI), não sendo admitido qualquer tipo de pleito de recomposição de prazos ou de reequilíbrio econômico-financeiro.

11.1.2 A CONTRATADA deverá manter seu endereço atualizado junto à CONTRATANTE, obrigando-se a informar imediatamente qualquer alteração que ocorra durante a execução do Contrato.

11.1.3 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os requisitos de segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais, os aspectos legais, os diversos tipos de acessos a sistemas e a dados, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe aplicadas as sanções previstas neste Instrumento contratual, independentemente de sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis e eventuais ressarcimento de danos.

11.1.4 A CONTRATADA obriga-se a responder pelo pagamento de todos e quaisquer ônus, tributos e multas oriundas deste Contrato, inclusive os de origem fiscal, previdenciária e/ou trabalhista.

11.1.5 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais resultantes da execução do Contrato, salvo disposição em contrário neste Contrato.

- 11.1.5.1 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.
- 11.1.6 A CONTRATADA será responsável pelo estudo de todos os documentos integrantes do Contrato bem como por todos os elementos fornecidos pela CONTRATANTE, para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.
- 11.1.7 Se, nos estudos realizados no âmbito de suas atividades específicas, como responsável pela execução deste Contrato, a CONTRATADA vier a constatar quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, e de imediato, à CONTRATANTE, para que os mesmos sejam sanados em tempo hábil.
- 11.1.8 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, e sem implicar alterações do prazo contratual, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CONTRATANTE, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE e sem prejuízo do disposto na Cláusula Sanções Administrativas deste Instrumento.
- 11.1.9 As disposições estabelecidas na cláusula 11.1.8 deverão ser observadas mesmo após a extinção deste instrumento contratual, observados os prazos prescricionais previstos na legislação aplicável, bem como o prazo de garantia técnica ou do produto.
- 11.1.10 A CONTRATADA será a responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões dos desenhos ou outras informações que vier a fornecer, quer tenham sido ou não estes desenhos ou informações aprovados pela CONTRATANTE.
- 11.1.10.1 Não se aplica a responsabilidade prevista no item anterior, caso tais diferenças, erros ou omissões sejam devidos a dados ou informações fornecidas, por escrito, pela CONTRATANTE.
- 11.1.11 A CONTRATADA deverá providenciar, junto aos Poderes Públicos e empresas Concessionárias de Serviços Públicos, com a antecedência que se fizer necessária, e em conformidade com as regulamentações, portarias, legislação e normas técnicas vigentes e em completa consonância com os órgãos competentes, as medidas, licenças, alvarás, autorizações exigidas e adequadas para viabilizar a implantação do objeto contratual, bem como o pagamento das respectivas taxas e emolumentos.
- 11.1.12 A CONTRATADA deverá conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas adequadas, em estreita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicável.
- 11.1.13 A CONTRATADA confirma ter celebrado o Contrato com base em um adequado exame dos dados relativos ao objeto deste Contrato, fornecidos pela CONTRATANTE, e baseada nas informações que a Contratada possa ter obtido através de uma inspeção visual do local da implantação dos sistemas e de outros disponibilizados. A CONTRATADA reconhece que qualquer falha na tomada de conhecimento de todos esses dados e informações não deverá aliviar sua responsabilidade de estimar adequadamente a dificuldade ou o custo de executar com sucesso e no prazo previsto o objeto deste Contrato.
- 11.1.14 A CONTRATADA obriga-se a proceder o descarte de todo e qualquer material referente ao Contrato, na forma fragmentada de modo a garantir a total descaracterização do mesmo. Esta obrigação é válida tanto para os descartes que possam ocorrer durante

o desenvolvimento dos trabalhos como para os descartes que possam ocorrer a qualquer tempo, após o encerramento dos trabalhos, de materiais mantidos em seu poder.

- 11.1.15 A CONTRATADA deverá estabelecer uma equipe com pessoal capacitado e experiente em gerenciamento de projetos para promover as ações de planejamento, acompanhamento e controle estabelecidas, visando à conclusão do escopo objeto do Contrato com sucesso, considerando os prazos e o orçamento estabelecidos.
- 11.1.16 Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações, relacionadas com a execução do objeto deste contrato, e feitas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, ou nas hipóteses em que couber, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, somente produzirão efeitos vinculatórios se processadas por escrito, na forma e condições que vierem a ser determinadas pela CONTRATANTE.
 - 11.1.16.1 As referidas solicitações deverão ser entregues conforme disposto na Cláusula de Comunicação deste ajuste.
- 11.1.17 A CONTRATADA é responsável por toda a infraestrutura e materiais necessários para todos os testes de trens e deverá entregá-los, depois de liberados, em local a ser definido pela CONTRATANTE.
- 11.1.18 A contratada deverá apresentar em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato o CRONOGRAMA DE FORNECIMENTO, contemplando todos fornecimentos previstos e dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento contratual.
- 11.1.19 A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
 - 11.1.19.1 Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:
 - I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
 - II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
 - III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
 - IV - no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

11.1.19.2 O descumprimento das obrigações previstas nos itens 11.1.19 e 11.1.19.1 poderá submeter a CONTRATADA à extinção unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 67.301/2022.

11.1.20 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela CONTRATANTE e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE.

11.2 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

11.2.1 A CONTRATADA zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos de cobrança e demais documentos relativos a este Contrato, inclusive certificando-se da identificação do destinatário e do número do contrato tratado, de forma a evitarem-se extravios que possam implicar morosidade ou até a suspensão na liquidação de compromissos e obrigações por parte da CONTRATANTE.

11.2.2 A CONTRATADA deverá efetuar a entrega a CONTRATANTE dos documentos previstos nos Instrumentos Normativos, especificações e Legislações citadas, além da maneira prevista na Cláusula Comunicações, através de arquivos digitalizados em formato PDF gravados em mídia eletrônica. A digitalização deverá ser providenciada com resolução suficiente para a correta leitura das informações contidas nos documentos.

11.3 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À EMBALAGEM, TRANSPORTE E DE IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

11.3.1 A CONTRATADA deverá embalar os bens da forma necessária para impedir que sejam danificados ou deteriorados durante o transporte ao lugar de destino final indicado no Contrato, em conformidade com os procedimentos de embalagem, movimentação e transporte, sendo que todos os gastos relacionados estarão incluídos no preço do Contrato.

11.3.2 A CONTRATADA se obriga a informar por escrito a CONTRATANTE, para que a mesma proceda a verificação das embalagens e condição de transporte antes da saída dos equipamentos e materiais das fábricas

11.3.3 A CONTRATADA deverá fornecer e manter atualizada lista contendo os nomes de seus empregados que prestarão serviços nas dependências da CONTRATANTE. Estes,

quando em serviço, deverão obedecer às normas internas de segurança e portar crachá de identificação.

- 11.3.4 O crachá de identificação do funcionário deverá ser apresentado para visto da fiscalização antes do acesso deste à via ou áreas de teste, ou de prestação de serviços.
- 11.3.5 O crachá de identificação dos funcionários deverá conter, no mínimo: nome da contratada, nome completo do funcionário, função, bem como data de emissão e validade de seu ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) e certificados de treinamentos obrigatórios pertinentes à sua função (NR-10, NR-33, NR-35, etc.).
- 11.3.6 O transporte de trens, equipamentos, materiais e sobressalentes, das dependências da CONTRATADA até às instalações do Metrô é de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo carregamento, frete, taxas, descarga nas dependências do Metrô e seguros pertinentes.
- 11.4 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AO ATO DE IMPORTAÇÃO DOS BENS
 - 11.4.1 Para a importação de equipamentos oriundos do exterior, a CONTRATADA será responsável pelo seguinte:
 - 11.4.1.1 Contratar despachante aduaneiro para gerenciar e acompanhar todo processo de desembaraço aduaneiro dos equipamentos objeto do contrato.
 - 11.4.1.1.1 Para essa finalidade, o CONTRATANTE outorgará Instrumento de Procuração específica para que os representantes indicados pela CONTRATADA atuem em seu nome perante as Agências competentes.
 - 11.4.1.2 Fornecer toda a documentação correta exata, consistente com o Contrato, tais como, mas não limitado, a, fatura comercial (fatura de embarque), lista de embarque, conhecimento de embarque preparado pela empresa de embarque, e traduções dos documentos relevantes.
 - 11.4.1.3 Depois da CONTRATANTE ter preparado e finalizado as cartas de desembaraço de alfândega, a CONTRATADA ou o seu respectivo agente de desembaraço, deve coletar estes documentos incluindo documentos de embarque originais obtidos na chegada dos itens no porto.
 - 11.4.1.4 O agente de desembaraço alfandegário da CONTRATADA deve iniciar o procedimento de desembaraço após os itens chegarem ao porto, incluindo a identificação do tipo de equipamento para as autoridades alfandegárias, para determinar a alíquota tarifária para planta permanente e peças sobressalentes.
 - 11.4.1.5 A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE sobre a alíquota tarifária.
 - 11.4.1.6 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos procedimentos relacionados à importação dos bens objeto do presente contrato, notadamente os trâmites aduaneiros, fiscais, administrativos e logísticos.
 - 11.4.1.7 É de integral responsabilidade da Contratada, na hipótese de utilização do Incoterm DAP, da prestação das informações relativas aos documentos de importação em estrita consonância com a legislação vigente e com o regramento das autoridades brasileiras responsáveis pelo desembaraço aduaneiro, responsabilizando-se por erros ou omissões nos documentos de importação que inviabilizem ou retardem o trâmite aduaneiro, considerando o ônus adicional ao comprador dele derivado.
 - 11.4.1.8 A CONTRATADA fará o pagamento das taxas de desembaraço aduaneiro e solicitará, mediante apresentação de comprovante, reembolso junto da medição apresentada.

- 11.4.1.9 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cálculo e a apuração de tais custos, os quais não serão objeto de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 11.5. Obrigações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- 11.5.1 A CONTRATADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.
- 11.5.1.1 A CONTRATADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.
- 11.5.1.2 Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 11.5.1.3 Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.
- 11.5.1.4 A CONTRATADA deve:
- I - notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e
 - II - quando for o caso, auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.
- 11.5.1.5 A CONTRATADA deve notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.
- 11.5.1.6 A CONTRATADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.
- 11.5.1.7 A CONTRATADA deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.
- 11.5.1.8 Na ocasião do encerramento deste Contrato, a CONTRATADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, conforme decisão do CONTRATANTE, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, ao CONTRATANTE, o cumprimento desta obrigação.

- 11.5.1.9 A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto no item 11.5, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo CONTRATANTE ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.
- 11.5.1.10 Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos do item 11.5 devem ser dadas por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.
- 11.5.1.11 A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções do CONTRATANTE relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.
- 11.5.1.12 Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONTRATADA ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do CONTRATANTE.
- 11.5.1.13 É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONTRATADA, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do CONTRATANTE, e demonstração da observância, pela CONTRATADA, da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.
- 11.6 A CONTRATADA deve comprovar documentalmente o efetivo registro do Credenciamento Financeiro (CFI) do Sistema BNDES, nos termos dos critérios e requisitos específicos para o credenciamento de produtos do setor Metroferroviário, em até 12 meses da assinatura do contrato.
- 11.7 A CONTRATADA obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 11.8 A CONTRATADA deverá implantar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração deste contrato, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 36 do Decreto estadual nº 67.301/2022.
- 11.9 A CONTRATADA obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- 11.9.1 agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei federal nº 14.133/2021;
- 11.9.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei federal nº 14.133/2021;
- 11.9.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.”;

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 12.1 A CONTRATANTE garantirá ao pessoal da CONTRATADA o acesso aos locais e às informações necessárias da execução dos serviços, obrigando-se ainda, a não permitir que terceiros interfiram no serviço.
- 12.2 A CONTRATANTE proverá espaço físico, para equipe técnica e armazenagem de material, no pátio de manutenção onde o trem estiver sendo entregue, montado e testado até a entrega definitiva à CONTRATANTE.
- 12.3 Fornecer e disponibilizar o equipamento de sinalização embarcado CBTC para a instalação no trem pela CONTRATADA.
- 12.4 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei 14.133/2021.
 - 12.4.1 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para adequada instrução do requerimento.

13. FISCALIZAÇÃO

- 13.1 A CONTRATANTE exercerá ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, sustando qualquer atividade em execução que, comprovadamente, não esteja sendo realizada, de acordo com o objeto contratado, quer nas suas instalações, quer nas dos subcontratados, fabricantes e fornecedores, no âmbito do fornecimento ou serviços contratados.
 - 13.1.1 A CONTRATADA garantirá o acesso irrestrito da CONTRATANTE ou seus prepostos, nas instalações de seus subcontratados, fabricantes e fornecedores, no âmbito do fornecimento ou serviço contratado.
- 13.2 Para efeito de fiscalização a CONTRATADA ficará obrigada a:
 - 13.2.1 Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE ou pelo preposto por ela designado, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução, bem como às suas dependências;
 - 13.2.2 Atender prontamente às reclamações, exigências ou observações feitas pela CONTRATANTE ou pelo preposto por ela designado, refazendo ou corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não obedeçam aos respectivos projetos, especificações, normas ou Ordens de Serviços;
 - 13.2.3 Sustar qualquer serviço em execução que não esteja, comprovadamente, sendo executado com boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou de bens de terceiros, independentemente de solicitação da CONTRATANTE;
- 13.3 Para exercer completa fiscalização sobre a execução dos serviços, a CONTRATANTE terá amplos poderes, inclusive para:
 - 13.3.1 Ordenar a imediata retirada, de suas instalações, de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou sem equipamento de segurança individual necessário, ou

ainda, que embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, ou cuja permanência na área for considerada inconveniente em razão de comportamento inadequado ou de inaptidão técnica para a execução dos serviços;

- 13.3.2 Exigir da CONTRATADA a estrita obediência às especificações e normas contratuais;
- 13.3.3 Rejeitar ou sustar a execução de serviços insatisfatórios e exigir que estes sejam refeitos na extensão que entender necessária;
- 13.3.4 Vetar a utilização de materiais, equipamentos, métodos de trabalho ou de processos executivos que estejam, a seu juízo, em desacordo com as exigências e padrões técnicos e administrativos estipulados pelo presente contrato;

(o item 13.4. a seguir é aplicável no caso de formalização de contrato com empresa brasileira ou estrangeira que funcione no Brasil)

- 13.4 Examinar, quando julgar conveniente os documentos referentes à quitação regular da CONTRATADA para com a Previdência Social.
- 13.5 A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização da CONTRATANTE não restringe e nem exime a CONTRATADA da total responsabilidade pelos encargos e serviços que são de sua atribuição e competência, nem mesmo das obrigações assumidas neste Instrumento.

14. INSPEÇÃO

- 14.1 Para a realização da inspeção pela CONTRATANTE ou seu preposto, conforme critérios estabelecidos nas CS, a CONTRATADA se obriga a dispor de local e instrumentos de testes apropriado e recursos humanos especialmente designados para a atividade. Independentemente da inspeção da Contratante, a CONTRATADA se obriga a manter um permanente esquema de controle de qualidade sobre todos os materiais, componentes, processos e equipamentos, bem como dos projetos.
- 14.2 Antes do início da fabricação, a CONTRATADA deverá apresentar para aprovação da CONTRATANTE, o Plano de Inspeção e Teste e os Procedimentos de Inspeção, para cada item do fornecimento, conforme MAN-10-202.
- 14.3 Para inspeções no território nacional a comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e, para inspeções em território estrangeiro a comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 14.4 A CONTRATADA arcará com os custos relativos a viagens, hospedagem e alimentação dos empregados da CONTRATANTE durante a inspeção nas instalações da CONTRATADA ficando a critério da CONTRATANTE a quantidade e o horário das inspeções. O número máximo de profissionais indicados pelo CONTRATANTE por visita seria de 3 (três). A frequência média de visitas seria de uma visita a cada trimestre (4 por ano). A duração de cada visita seria em média de 2 (duas) semanas
- 14.5 Para os serviços de inspeção a serem realizados nas instalações de fabricantes, a CONTRATADA se obriga a manter as mesmas condições estabelecidas nesta Cláusula.
- 14.6 Após a realização de inspeção pela CONTRATANTE, e essa não finalizando na data prevista, por motivos imputáveis à CONTRATADA, esta arcará com todas as despesas decorrentes da reinspeção (tarifas, estadias e deslocamentos), dos inspetores da CONTRATANTE ou seus prepostos e o valor apurado será descontado do próximo pagamento a ser efetuado a CONTRATADA.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 No caso de descumprimento de obrigações contratuais pela CONTRATADA, a CONTRATANTE, dependendo da gravidade do fato, e ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, poderá independentemente de a qualquer momento exercer, o seu direito de rescindir este contrato, aplicar, cumulativa ou isoladamente, as seguintes penas, com respectiva anotação no Cadastro da CONTRATANTE:

15.1.1 Advertência por escrito.

15.1.2 Multa por dia que exceda o prazo estabelecido para execução dos serviços e dos prazos estabelecidos na cláusula 4 Vigência/Prazos do contrato, a ser calculada segundo a expressão abaixo, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total da obrigação em atraso.

$$M_a = \left(0,5 \times \frac{V_o}{P_d}\right) \times n$$

M_a = valor da multa por atraso em moeda corrente nacional.

P_d = prazo contratual em dias consecutivos e ininterruptos.

V_o = Valor da obrigação em atraso. Caso se trate de obrigação cujo valor não esteja especificamente determinado no contrato, deverá ser utilizado o valor total do contrato.

n = número de dias de atraso.

15.1.3 Multa por dia que exceda o prazo estabelecido para atendimento de quaisquer solicitações requeridas no contrato e/ou seus anexos ou, ainda, eventuais solicitações formalizadas pela CONTRATANTE no âmbito da gestão do contrato, a ser calculada segundo a seguinte expressão, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do Contrato, exceto para aquelas cujas sanções e procedimentos de regularização são os especificamente estabelecidos.

$$M_a = \left(0,0005 \times \frac{V_c}{P_o}\right) \times n$$

Onde:

M_a = valor da multa por atraso em moeda corrente nacional.

P_o = prazo da obrigação em dias consecutivos e ininterruptos.

V_c = Valor total atualizado do Contrato.

n = número de dias de atraso.

15.1.4 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor total atualizado deste contrato e o dobro no caso de reincidência pelo não cumprimento de quaisquer outras cláusulas ou condições deste Contrato, exceto para aquelas cujas sanções e procedimentos de regularização são os especificamente estabelecidos.

15.1.5 Multa de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado deste Contrato, por descumprimento total do seu objeto;

15.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) do valor do saldo atualizado deste Instrumento, na hipótese de desistência e/ou não conclusão do objeto do contrato por ação ou omissão da Contratada e/ou para a hipótese da Contratada não obter dentro do prazo estipulado na cláusula 11.6, não manter ou perder seu nível de credenciamento FINAME compatível com a entrega dos produtos objeto do contrato.

- 15.1.7 Multa de 0,1% (um décimo por cento), aplicado sobre o valor da complementação da garantia devida, por dia que exceda o prazo estabelecido para a sua apresentação, limitado a 12% (doze por cento), nos casos de aditivo de suplementação/majoração de valor e de aplicação de reajustamento contratual.
- 15.1.7.1 Multa de 0,1% (um décimo por cento), aplicado sobre o valor da garantia devida, por dia que exceda o prazo estabelecido para a sua apresentação, limitado a 12% (doze por cento), no caso de aditivo de prorrogação de prazo ou de alteração de denominação social.
- 15.1.8 Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 15.1.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 15.2 Aplicadas as multas, a CONTRATANTE as descontará dos pagamentos devidos à CONTRATADA, logo após a sua imposição.
- 15.3 No caso de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a CONTRATADA deverá efetuar a quitação da multa em até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento do documento de cobrança respectivo; o pagamento deverá ser realizado por meio de depósito bancário, em conta corrente a ser indicada pela CONTRATANTE, sujeitando-se, em não o fazendo, à execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual, sem prejuízo dos procedimentos judiciais cabíveis para a cobrança da diferença do valor da multa que supere o valor da Garantia de Execução.
- 15.4 Para itens cotados em Reais ou em qualquer moeda estrangeira: o não pagamento da multa no prazo estipulado importará, ainda, na atualização do valor a ser pago, com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado "pro rata tempore" desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, conforme fórmulas previstas na Cláusula - Pagamento deste Contrato.
- 15.5 O pagamento das multas estabelecidas nos itens acima ou o seu desconto como aqui especificado, com exceção da multa referente à desistência ou descumprimento total do objeto contratado, não exime a CONTRATADA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste Instrumento.
- 15.6 O pagamento de quaisquer das multas estabelecidas nesta Cláusula, ou o seu desconto como aqui especificado, não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a ser causados diretamente à CONTRATANTE, a seus empregados, prepostos, usuários e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste Contrato.
- 15.7 As sanções previstas no item 15.1.8 eitem 15.1.9 são cumuláveis com sanções de multa em relação a um mesmo fato.
- 15.8 É possível a cumulação das sanções de multa previstas nos itens acima quando tiverem origem em fatos geradores diversos.
- 15.9 As sanções previstas nesta cláusula, quando aplicadas isolada ou cumulativamente, não poderão ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outras sanções de caráter não pecuniário e extinção contratual.
- 15.10 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei federal nº 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial,

e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei federal nº 14.133/2021)

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DE PAGAMENTO ANTECIPADO

16.1 Para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA prestou garantia no montante de 5 % (cinco por cento) do valor total deste Contrato, com prazo de validade que abrange todo o período de vigência do mesmo.

16.2 A CONTRATADA assegurará que a garantia seja válida e aplicável durante todo o prazo de vigência do contrato

16.3 Durante a vigência deste Contrato e desde que mantidas as condições contratuais (prazo e valor) e previamente aprovada pela CONTRATANTE, poderá haver substituição entre as modalidades de garantia previstas no Edital, quais sejam:

a) No caso de formalização de contrato com empresa brasileira ou estrangeira que funcione no Brasil: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, seguro-garantia ou fiança bancária.

b) No caso de formalização de contrato com empresa estrangeira que não funcione no Brasil: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, seguro-garantia ou "PERFORMANCE LETTER OF CREDIT (PERFORMANCE BOND)"

16.4 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ser emitida por um banco ou instituição financeira devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, ter seu valor expresso em REAL, e a garantia prestada por "PERFORMANCE LETTER OF CREDIT (PERFORMANCE BOND)", deverão, se aplicável, prever o reajuste automático de seu valor, na mesma época, forma e periodicidade estabelecidas na Cláusula Reajuste deste Contrato, devendo ser apresentadas conforme modelos anexos ao Edital vinculado.

16.5 Em caso de liquidação extrajudicial e/ou intervenção governamental na instituição garantidora, a Contratada deverá providenciar e encaminhar à CONTRATANTE a substituição da garantia em até 30 dias da data da liquidação ou intervenção.

16.6 Quando se tratar da modalidade caução em dinheiro, ou Seguro-Garantia, obriga-se a CONTRATADA, independentemente de qualquer comunicação prévia da CONTRATANTE, apresentar a complementação referente ao reajuste. Esta complementação deve ocorrer até o último dia do mês da aplicação do reajuste.

- 16.7 Em caso de aditamento ao Contrato que implique majoração ou suplementação em seu valor, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a devida complementação do valor da garantia, de forma a manter a equivalência já estabelecida do percentual indicado no item 16.1 sob pena de ser adotado o procedimento previsto no item 16.12, e sem prejuízo na aplicação das penalidades previstas contratualmente.
- 16.8 O prazo para a complementação que trata o item acima é de até 30 (trinta) dias da data de emissão do respectivo aditamento.
- 16.9 Em caso de aditamento de alteração de razão social e/ou prorrogação de prazo, a Contratada também deverá apresentar, no mesmo prazo indicado no item 16.8, a devida regularização da garantia, quando prestado na modalidade de fiança bancária, seguro garantia ou PERFORMANCE LETTER OF CREDIT (PERFORMANCE BOND), sem prejuízo na aplicação das penalidades previstas contratualmente.
- 16.10 As complementações de garantia previstas nos itens acima deverão ser apresentadas para análise da Contratante por meio de documentos eletrônicos a ser enviados para o e-mail ucp@sp.gov.br; a data de envio e recebimento do e-mail será o protocolo.
- 16.11 Caso a complementação da garantia não esteja de acordo com as exigências contidas neste Contrato, a CONTRATADA deverá reapresentá-la devidamente adequada. A eventual necessidade de adequação não implicará em extensão dos prazos inicialmente estabelecidos, sem prejuízo na aplicação das penalidades previstas contratualmente.
- 16.12 A não apresentação do complemento da garantia de execução contratual, qualquer que seja a modalidade prestada como garantia, implicará na retenção dos créditos da CONTRATADA vincendos a partir de seu inadimplemento, até o limite do valor previsto para a complementação.
- 16.13 A CONTRATANTE devolverá à CONTRATADA o(s) valor(es) retido(s) por conta da aplicação das regras de retenção aqui estabelecidas, em até 10 (dez) dias após a data da apresentação do complemento ou da renovação da garantia sem atualização monetária.
- 16.14 A Garantia de Execução Contratual responde pela exequibilidade das multas, bem como pelo pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA e pelo pagamento de prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato
- 16.14.1 Não sendo suficiente a garantia prestada, a CONTRATADA será responsável pelas diferenças que vierem a ser apuradas e pela reposição e/ou complementação de garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste Instrumento.
- 16.14.2 Caso não ocorra a devida reposição e/ou complementação, a CONTRATADA estará sujeita ao previsto no item 16.12.
- 16.14.3 Na impossibilidade da execução da garantia pela CONTRATANTE a CONTRATADA será responsável pelo ressarcimento dos prejuízos, independentemente da aplicação das sanções previstas na Cláusula de Sanções Administrativas deste Instrumento e das medidas judiciais cabíveis.
- 16.15 Atendidos todos os termos deste Contrato que se refiram à garantia prestada, em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Encerramento de Contrato (TEC), haverá a devolução do total ou de eventual saldo da mesma, conforme for o caso.

Item 16.16 no caso de contrato firmado com empresa brasileira ou estrangeira que funcione no Brasil, bem como no caso de contrato firmado com empresa estrangeira que não funcione no Brasil:

- 16.16 A garantia, quando prestada em dinheiro, ou seu saldo, será devolvida atualizada com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado “pro rata tempore” desde a data do depósito até a data da efetiva devolução, exceto para o procedimento previsto no item 16.12, conforme fórmula abaixo:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 1}{IPC - FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 2}{IPC - FIPE\ 1} \right) \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 3}{IPC - FIPE\ 2} \right)^{(y/z)}$$

Em que:

VDA = Valor atualizado da garantia em dinheiro;

VDO = Valor original da garantia em dinheiro;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do depósito da garantia;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do depósito da garantia;

IPC-FIPE 2 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês da devolução da garantia;

IPC-FIPE 3 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês da devolução da garantia;

n = número de dias contados da data do depósito da garantia, exclusive, até o último dia do mês do depósito da garantia, inclusive;

m = número de dias do mês do depósito da garantia;

y = número de dias contados do primeiro dia do mês da devolução da garantia, até o dia da devolução da garantia;

z = número de dias do mês da devolução da garantia.

- 16.16.1 No caso de a devolução da garantia ocorrer no mesmo mês do depósito, a fórmula a ser aplicada é:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 1}{IPC - FIPE\ 0} \right)^{\frac{n}{m}}$$

Em que:

VDA = Valor atualizado da garantia em dinheiro;

VDO = Valor original da garantia;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do depósito da garantia/devolução da garantia;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do depósito da garantia/devolução da garantia;

n = número de dias contados da data do depósito, exclusive, até a data da efetiva devolução da garantia, inclusive;

m = número de dias do mês do depósito da garantia/devolução da garantia.

16.17 GARANTIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO

16.17.1 Está prevista Garantia de Pagamento Antecipado.

16.17.2 A Garantia de Pagamento Antecipado deverá ser apresentada no valor total do adiantamento por meio de fiança bancária, conforme modelo de Fiança Bancária para Pagamento Antecipado, ou ainda por meio de caução em dinheiro, títulos da dívida pública (emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente), título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, e seguro-garantia.

16.17.3 A CONTRATADA assegurará que a garantia seja válida e aplicável durante todo o prazo de vigência do contrato.

16.17.4 O montante da garantia poderá ser reduzido progressivamente até o montante amortizado pela CONTRATADA como indicado na Cláusula 23.1.10 – Pagamento Antecipado.

16.17.5 Em caso de liquidação extrajudicial e/ou intervenção governamental na instituição garantidora, bem como em casos de Aditamento de alteração de razão social, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE a substituição da garantia em até 30 (trinta) dias da data da liquidação ou intervenção.

16.17.6 A garantia apresentada em substituição deverá ser compatível com a cobertura, valor e vigência daquela substituída.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será permitida a subcontratação.

18. PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

18.1. A CONTRATANTE não será responsável pelo emprego indevido de conteúdo ou uso indevido de quaisquer processos protegidos por propriedade intelectual e industrial, ou ainda reprodução de documentos sem prévia autorização do autor, durante a execução dos serviços pela CONTRATADA, correndo por sua exclusiva responsabilidade quaisquer indenizações ou despesas decorrentes de infrações dessa natureza.

18.2 A CONTRATADA deverá garantir, indenizar e proteger a CONTRATANTE, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais, sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de propriedade intelectual e industrial, com relação ao fornecimento objeto deste Contrato.

18.3. A CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a CONTRATADA, conforme opção da CONTRATANTE a:

- 18.3.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos que venha a CONTRATANTE a ser condenada, por força das citadas medidas.
 - 18.3.2. Substituir por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tais, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes.
 - 18.3.3 Garantir à CONTRATANTE, a continuidade e qualidade dos fornecimentos previstos no Contrato.
- 18.4 Em qualquer das hipóteses referidas anteriormente, correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas para adoção da opção entendida como conveniente pela CONTRATANTE, bem como as despesas relativas à consecução das alternativas indicadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

19. PROPRIEDADE DO PROJETO EXECUTIVO E DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 19.1. Os direitos patrimoniais autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos pelos empregados da CONTRATADA, passam a ser propriedade da CONTRATANTE com o fornecimento dos documentos, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.
- 19.1.1 A CONTRATANTE será proprietária exclusiva de todos os materiais preliminares, não se limitando, mas incluindo, levantamentos, medições, memórias de cálculo, croquis, vídeos, arquivos digitais, fotos, relatórios, mapas, desenhos, diagramas, planos estatísticos, memorando, enfim, quaisquer documentos elaborados pela CONTRATADA no cumprimento do Contrato, obrigando-se a mesma a entregá-los à CONTRATANTE sempre que solicitado.
- 19.2 Em função do Contrato, a CONTRATADA, desde já, cede em caráter irrevogável e por tempo indeterminado à CONTRATANTE, todos os direitos patrimoniais autorais sobre os produtos intermediários e finais decorrentes da prestação dos serviços ajustados, nos termos da lei nº 9.610 de 19/02/1998, que deverão ser encaminhados à CONTRATANTE, exclusivamente, pelo representante da CONTRATADA.
- 19.3 Fica vedada à CONTRATADA, a divulgação parcial ou total, por quaisquer meios e a qualquer tempo, bem como a utilização dos produtos, documentos e materiais, objeto do Contrato, sem prévia e formal autorização da CONTRATANTE.
- 19.4 A totalidade dos projetos e da documentação técnica relacionados nas Especificações Técnicas, a serem elaborados pela CONTRATADA, será entregue à CONTRATANTE, tornando-se sua propriedade, à exceção dos direitos morais autorais e de propriedade industrial.
- 19.5 A documentação fornecida poderá ser utilizada pela CONTRATANTE para aquisições externas de sobressalentes para manutenção e para ampliações e modificações nos sistemas, não se limitando a estes usos, nos termos da Lei.

20. PROPRIEDADE DOS PRODUTOS

- 20.1 Os produtos (softwares, hardwares, equipamentos etc.) especialmente desenvolvidos para pleno atendimento aos requisitos dos sistemas objeto deste contrato deverão ter suas tecnologias transferidas à CONTRATANTE.
- 20.2 Os direitos patrimoniais autorais desses produtos são cedidos para a CONTRATANTE para uso em todos os aspectos de sua operação comercial, incluindo as atividades de manutenção, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores.
- 20.3 Os produtos (softwares, hardwares, equipamentos etc.) protegidos por propriedade intelectual e industrial, e modificados para pleno atendimento aos requisitos dos sistemas objeto deste contrato deverão ter suas tecnologias disponibilizadas à CONTRATANTE.
- 20.4 As disponibilizações de tecnologias poderão ocorrer por meio de depósito, em instituição idônea, de material contendo a documentação completa dos produtos, especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas, bibliotecas, modelagens, arquivos de desenvolvimento nos formatos originais e outros dados materiais técnicos necessários à absorção, manutenção e desenvolvimento das tecnologias.
- 20.5 O material disponibilizado deverá estar em dispositivo de armazenamento eletrônico do tipo Unidade de Estado Sólido (SSD – solid-state drive).
- 20.6 O conteúdo do material disponibilizado deverá ser mantido atualizado de acordo com a última revisão implantada em campo.
- 20.7 Caberá a CONTRATANTE retirar o material para uso próprio em caso de descontinuidade de fabricação, extinção do fornecedor ou a qualquer momento, mediante comum acordo entre as partes.
- 20.8 Os softwares sob licenças livres as quais originalmente permitam modificações nos códigos fontes e suas derivações desenvolvidas que forem utilizados no fornecimento para o pleno atendimento aos requisitos dos sistemas, objeto deste contrato, deverão ter as suas tecnologias transferidas à CONTRATANTE.
- 20.9 As transferências de tecnologias deverão ocorrer por meio da entrega de material à CONTRATANTE, em dispositivo de armazenamento eletrônico, contendo a documentação completa do produto, incluindo os códigos – fonte abertos e comentados, memoriais descritivos, especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas, bibliotecas, modelagens, arquivos de desenvolvimento nos formatos originais e outros dados e materiais técnicos necessários à absorção, manutenção e desenvolvimento das tecnologias.
- 20.10 Os produtos (softwares, hardwares, equipamentos etc.) a serem fornecidos deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, que impeçam a CONTRATANTE de obter o conhecimento dos detalhes do projeto.

21 COMISSIONAMENTO

- 21.1 Comissionamento é o processo onde serão realizados testes e avaliações para assegurar que os sistemas/equipamentos foram fornecidos, projetados, instalados, testados, em conformidade com as Especificações Técnicas anexas a este documento.
- 21.2 A aprovação do Comissionamento, pela CONTRATANTE, será o resultado do cumprimento de etapas, que devem ser iniciadas com a inspeção e testes dos equipamentos em fábrica (isolados e integrados), continuar com os testes de instalações, testes Funcionais e finalizando com a conclusão dos testes de Avaliação de Desempenho.

- 21.3 Toda a sistemática, os procedimentos e relatórios dos testes deverão ser elaborados pela Contratada, conforme especificado pela documentação técnica integrante deste contrato, em conformidade com o Cronograma, e serão submetidos à aprovação da CONTRATANTE. Estes procedimentos deverão estabelecer a sequência de execução, as condições e pré-requisitos necessários, o material e instrumental utilizados e os critérios e valores que serão referência para a aprovação dos testes.
- 21.3.1 Os relatórios contendo os resultados dos testes deverão ser validados pelas partes e aprovados pela CONTRATANTE, classificados como documentos técnicos, e sendo um dos pré-requisitos para a emissão do Termo de Aceitação Provisória – TAP, desde que não contenham pendências impeditivas.
- 21.3.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o relatório referido acima, a programação para a retirada de pendências.
- 21.3.2 Após a solução de todas as pendências apontadas nos relatórios de testes, deverá ser emitida nova revisão, validada pelas partes e aprovada pela CONTRATANTE sendo um dos pré-requisitos para a emissão do Termo de Aceitação Definitiva – TAD.
- 21.4 A CONTRATADA fornecerá todos os recursos necessários, equipamentos, instrumentos, insumos e consumíveis, dentre outros, bem como a mão de obra qualificada, e executará todos os testes, com a supervisão da CONTRATANTE ou seus prepostos, em consonância com as Especificações Técnicas, Instruções de Projeto e demais documentos técnicos resultantes da execução do escopo do contrato.
- 21.4.1 Nos casos em que os resultados dos testes não atendam aos requisitos constantes dos documentos citados no item anterior, a CONTRATADA deverá realizar as modificações nos equipamentos e/ou nas instalações, devendo, se for o caso, substituir total ou parcialmente os equipamentos, bem como realizar retrabalhos de instalação, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
- 21.4.2 A CONTRATADA será responsável caso o período de comissionamento seja prologando e prejudique o prazo de conclusão das atividades objeto deste contrato.
- 21.4.3 A CONTRATADA será imputada com a responsabilidade, conforme item 21.4.2, caso ocorra os eventos abaixo por culpa da CONTRATADA, não limitados a eles:
- Reprovação continua no comissionamento;
 - Alteração em procedimentos de teste por motivação da CONTRATADA;
 - Ordem para interrupções de entregas dos trens por falta de aprovação dos trens dos lotes anteriores;
 - paralisação de testes e consequentemente indisponibilidade de acessos à via comercial para testes
 - incompatibilidade entre a data real de conclusão de eventos e o cronograma previsto
- 21.5 Testes em Fábrica.
- 21.5.1 Trata-se dos testes a serem realizados em Fábrica, com o objetivo de verificar todas as características técnicas dos equipamentos e acessórios, que serão fornecidos visando o atendimento dos requisitos técnicos e funcionais do Sistema, estipulados nas Especificações Técnicas, Instruções de Projeto e demais documentos técnicos resultantes da execução do escopo do contrato.

- 21.5.2 A aprovação do resultado das inspeções e dos Testes de Fábrica pela CONTRATANTE é um dos pré-requisitos para a emissão do respectivo Boletim de Inspeção de Material - BIM, e liberação para o início da instalação dos equipamentos em campo, em conformidade com o Cronograma aprovado. Ocorrendo liberações parciais do equipamento ou sistema, será emitido o Termo de Liberação do Material – TLM para o recebimento do material em campo. O BIM será emitido só após o fornecimento total do item.
- 21.6 Avaliação de Desempenho
- 21.6.1 A CONTRATADA deverá comprovar que os Sistemas/equipamentos por ela fornecidos e instalados atendem aos índices de confiabilidade e desempenho estabelecidos nas Especificações Técnicas, Instruções de Projeto e demais documentos técnicos resultantes da execução do escopo do contrato.
- 21.6.2 A CONTRATADA deverá executar teste real de passagem de trens em cenários críticos, com respectivas medições de ruídos em locais receptores sensíveis críticos, devendo ser verificada a compatibilidade de ruídos emitidos com legislação específica. Essas medições de ruídos deverão ser realizadas em conformidade com o disposto na CS-9.86.0X.00/700-001. A CONTRATADA deverá emitir Relatório descrevendo as condições e os resultados da avaliação, bem como a conclusão quanto ao atendimento da legislação vigente.
- 21.6.3 A CONTRATADA deverá executar teste real de passagem de trens em cenários críticos, com respectivas medições de vibração em locais receptores sensíveis críticos, devendo ser verificada a compatibilidade da vibração emitida com normatização específica. Essas medições de vibração deverão ser realizadas em conformidade com o disposto na CS-9.86.0X.00/700-001. A CONTRATADA deverá emitir Relatório descrevendo as condições e os resultados da avaliação, bem como a conclusão quanto ao atendimento dos instrumentos normativos vigentes.
- 21.7 Durante a fase de Comissionamento, a CONTRATADA é obrigada a eliminar todas as pendências que venham a ser detectadas, manter e/ou substituir, de imediato, qualquer componente e/ou material que apresente falha ou defeito, bem como os dispositivos de testes;
- 21.7.1 A CONTRATADA deverá manter um banco de dados atualizado para registro e controle, com acesso da CONTRATANTE, de todas as pendências levantadas e identificadas nos relatórios de testes durante o comissionamento contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- a) data da pendência;
 - b) fase de constatação (projeto, inspeção e testes);
 - c) identificação do equipamento / local;
 - d) descrição da pendência, classificação (impeditiva ou não impeditiva) e número do relatório de teste associado;
 - e) situação atualizada;
 - f) responsável pela eliminação da pendência;
 - g) previsão de prazo para solução.

22. GARANTIA TÉCNICA

- 22.1 O prazo de garantia do objeto deste contrato, contado da data de emissão dos respectivos Termos de Aceitação Provisória como disciplinado na Cláusula Aceitação, é de: 02 (dois) anos após o atingimento dos níveis de desempenho (MKBF) especificado na tabela 8 do item 1.10.17 da CS-9.86.0X.00/700-001 e após a emissão do Termo de Aceitação Provisória (TAP), exceto para os seguintes subsistemas:
- Caixa: 10 anos;
 - Truque: 10 anos;
 - Redutor: 5 anos;
 - Acopladores: 5 anos;
 - Rodas: 5 anos;
 - Motores: 5 anos;
 - Portas: 4 anos.
- 22.1.1 A garantia de todos os sistemas descritos acima será considerada encerrada desde que atingido os níveis de desempenho (MKBF) especificados na tabela 8 do item 1.10.17 do CS-9.86.0X.00/700-001. Em caso de não atendimento do MKBF, a garantia do respectivo sistema será estendida até o atendimento do requisito, contabilizados em três medições consecutivas.
- 22.1.2 A CONTRATANTE poderá, uma vez concluídos os testes e não emitido o TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA – TAP, a seu exclusivo critério, colocar os equipamentos em operação, em qualquer de suas modalidades, neste caso, a CONTRATADA terá 120 (cento e vinte) dias para retirar as pendências e outros óbices que impediam a emissão do TAP, em não o fazendo, a Garantia passa a vigorar quando da emissão do TAP.
- 22.1.3 As manutenções preventivas, preditivas, conforme Manuais de Manutenção, bem como a corretiva serão de responsabilidade da CONTRATADA, assim como o fornecimento de sobressalentes e consumíveis, até que o respectivo Termo de Aceitação Provisório tiver sido emitido e os treinamentos de manutenção e operação ministrados e aprovados.
- 22.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá, após pedido formulado, por escrito, pela CONTRATANTE ou seu preposto, substituir ou reparar, sem ônus, quaisquer peças ou componentes do fornecimento que, durante o seu uso em condições normais de operação e manutenção, revelem defeito ou falha de qualquer espécie, não atendendo às especificações técnicas de projeto.
- 22.2.1 No caso de reparos efetuados nas dependências do fabricante, o prazo máximo que o material reparado retorne para a CONTRATANTE, disponível para ser utilizado é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da retirada do equipamento.
- 22.3 Quando algum equipamento ou componente não atingir os índices de confiabilidade estabelecidos, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, para aprovação, as soluções que venham corrigir o defeito. As soluções que, comprovadamente eliminarem as pendências e elevarem os índices de confiabilidade e desempenho aos valores estabelecidos nas Especificações Técnicas, serão implementadas pela CONTRATADA no restante dos equipamentos, às suas expensas.
- 22.4 A CONTRATADA deverá manter a garantia de: 2 (dois) anos para os equipamentos onde forem aplicados sobressalentes por ela fornecidos.
- 22.5 A CONTRATADA garantirá as peças ou componentes reparados durante o período de garantia. No entanto, se for comprovada coincidência de defeitos dessas peças ou componentes a CONTRATADA tomará as providências necessárias ao re-projeto e fornecimento dessas peças ou componentes, até que o defeito seja sanado sem ônus para a CONTRATANTE.

- 22.5.1 O prazo de garantia para estas peças ou componentes reiniciar-se-á após a sua instalação.
- 22.6 Se a CONTRATADA, dentro de 10 (dez) dias do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, não adotar providências concretas para o início do conserto ou da substituição da parte do fornecimento comprovadamente defeituosa, a CONTRATANTE, se assim o desejar, poderá mandar consertar ou substituir as peças ou componentes defeituosos, buscando o ressarcimento dos custos junto à CONTRATADA, sem que isso exima a mesma de suas responsabilidades contratuais.
- 22.7 Em caso de transferência da operação e manutenção do objeto deste Contrato a terceiros, a CONTRATANTE poderá designar este terceiro como preposto para tratar diretamente com a CONTRATADA os assuntos de reparos de equipamentos em período de garantia técnica, inclusive emitindo cartas (com cópia para o Gestor nomeado pela CONTRATANTE) e notas fiscais de remessa à CONTRATADA.

23. NORMA DE MEDIÇÃO

- 23.1 Os valores indicados na Planilha de Proposta serão pagos conforme discriminados abaixo:

23.1.1. DOCUMENTAÇÃO E PROJETO

O item 1 da Planilha de Proposta será pago conforme segue:

- 23.1.1.1. Aprovação de Índice de Documentos: 2% (dois por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador do índice de documentos do projeto a serem entregues durante o Contrato e após apresentação da reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.2. Aprovação do Projeto Conceitual de Trens: 10% (dez por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador do projeto da carroceria e documentos e sistemas dos trens e após apresentação da reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.3. Aprovação de Análise de Confiabilidade, Disponibilidade e Manutenibilidade: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador da documentação e dos cálculos da análise de confiabilidade, disponibilidade e Manutenibilidade do projeto global do trem e após a apresentação a reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.4. Certificação e Documentação de Comprovação de Atendimento aos Requisitos de Segurança: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador da documentação de atendimento aos requisitos de segurança e após apresentação da reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.5. Aprovação de Procedimentos de Testes de Tipo e de Rotina e Procedimentos de Inspeção: 5% (cinco por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos procedimentos de teste tipo e de rotina, estáticos e dinâmicos, dos sistemas do trem, e procedimentos de inspeção após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.6. Aprovação do Projeto Executivo dos Trens: 20% (vinte por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos projetos detalhados e documentação técnica dos sistemas dos trens, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.7. Fornecimento de Manuais de Operação e Manutenção: 8% (oito por cento) deverão ser pagos após fornecidos e aprovados 100% (cem por cento) dos Manuais de Operação e Manutenção, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.

- 23.1.1.8. Fornecimento Documentação de "As Built": 5% (cinco por cento) deverão ser pagos após fornecidos e aprovados 100% dos documentos de projeto de "As Built", após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.9. Aprovação do Sistema de Tração e Frenagem Elétrica: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo do Sistema de Tração e Frenagem Elétrica, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.10. Aprovação do Sistema de Freio de Atrito e Anti Deslizamento: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo do Sistema de Freio de Atrito e Anti Deslizamento, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.11. Aprovação do Sistema Auxiliar Elétrico: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo do Sistema Auxiliar Elétrico (Inversor), após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.12. Aprovação do Sistema de Ar Refrigerado do Salão: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo do Sistema de Ar Refrigerado do Salão, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.13. Aprovação do Sistema de Portas do Salão: 4% (quatro por cento) do Preço Contratual dos trens deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo do Sistema de Portas do Salão, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.14. Aprovação do Sistema Truque: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo do Sistema Truque, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.15. Aprovação do Sistema Caixa: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo da Caixa após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.16. Aprovação do Sistema Redutor: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo do sistema de Redutor, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.17. Aprovação dos Testes de Compatibilidade Dinâmica: 2% (dois por cento) deverão ser pagos após aprovação pelo Comprador dos testes de compatibilidade dinâmica, após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.18. Aprovação dos Testes dos Sistemas de Comunicação e Interfaces com CBTC de Bordo: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após aprovação pelo Comprador dos testes tipo completo dos sistemas de comunicação e interfaces com o CBTC de bordo e após a apresentação de reivindicação pela Contratada.
- 23.1.1.19. Aprovação dos Testes Dinâmicos integrados UTO: 4% (quatro por cento) deverão ser pagos após a aprovação pelo Comprador dos testes tipo dinâmicos completo de integração com sistemas para a operação não assistida (sistemas de sinalização e comunicação), e após a apresentação e reivindicação pela Contratada.

23.1.2. TREINAMENTO

O item 2 da Planilha de Proposta será pago conforme segue:

- 23.1.2.1. Plano de Treinamento: 20% (vinte por cento) deverão ser pagos após aprovação, pelo Comprador, do Plano de Treinamento conforme item 18 da especificação técnica.

23.1.2.2. Treinamento de Manutenção: 60% (sessenta por cento) deverão ser pagos após a realização e aprovação dos treinamentos de Manutenção exigidos, pelo Comprador, no Plano de Treinamento conforme item 18 da especificação técnica.

23.1.2.3. Treinamento Operacional: 20% (vinte por cento) deverão ser pagos após a realização e aprovação dos treinamentos Operacional exigidos, pelo Comprador, no Plano de Treinamento conforme item 18 da especificação técnica.

23.1.3. TREM MONTADO

Obs: O produto "Trem Montado" refere-se ao trem metroviário de passageiros com 6 carros cada, com todos os equipamentos e materiais instalados, em perfeito funcionamento e operando de acordo com os requisitos da especificação técnica CS-9.86.OX.00/700-001.

O item 3 da Planilha de Proposta deverá ser pago conforme segue:

23.1.3.1. TREM MONTADO CABEÇA DE SÉRIE (1º TREM)

23.1.3.1.1. Aprovação Caixa e Estruturas Mecânicas em Fábrica (Inspeção): 10% (dez por cento) a serem pagos após aprovação dos ensaios de tipo do sistema Caixa e das Estruturas Mecânicas do Trem Cabeça de Série.

23.1.3.1.2. Embarque/Entrega: 40% (quarenta por cento) a serem pagos após recebimento do Trem (composição de 6 carros montados) nas dependências da Contratante, mediante reivindicação apoiada pelo certificado de aceitação emitido pelo Comprador.

23.1.3.1.3. Testes de Aceitação em Campo: 20% (vinte por cento) a serem pagos na aprovação, pelo Comprador, dos ensaios de tipo em campo do Trem Cabeça de Série.

23.1.3.1.4. Termo de Aceitação Provisória (TAP): 10% (dez por cento) a serem pagos após a emissão do Termo de Aceitação Provisória (TAP) do Trem Cabeça de Série, solicitado após 30 dias depois da conclusão dos testes de aceitação em campo.

23.1.3.1.5. 10.000 km de operação ou 6 (seis) meses após o TAP: 10% (dez por cento) a ser pago após o trem atingir 10.000 km ou 6 Meses após a emissão do TAP e não possuir nenhuma pendência operacional impeditiva.

23.1.3.1.6. Aceitação Definitiva do Trem (TAD): 10% (dez por cento) deverão ser pagos ao Fornecedor após a emissão do certificado de aceitação pela entrega do trem, emitido pelo Comprador, depois de resolver todas as questões pendentes e emissão do projeto "as built".

23.1.3.2. DEMAIS TRENS MONTADOS (2º ao 44º TREM).

23.1.3.2.1. Embarque/Entrega: 50% (cinquenta por cento) a serem pagos pró-rata após recebimento de cada Trem (composição de 6 carros montados) nas dependências da Contratante, mediante reivindicação apoiada pelo certificado de aceitação emitido pelo Comprador.

23.1.3.2.2. Testes de Aceitação em Campo: 20% (vinte por cento) a serem pagos pró-rata, na aprovação, pelo Comprador, dos ensaios de tipo em campo de cada Trem.

23.1.3.2.3. Termo de Aceitação Provisória (TAP): 10% (dez por cento) a serem pagos pró-rata após a emissão do Termo de Aceitação Provisória (TAP) de cada Trem.

23.1.3.2.4. 10.000 km de operação ou 4 (quatro) meses após o TAP: 10% (dez por cento) a serem pagos pró-rata após cada trem atingir 10.000 km ou 4 Meses após a emissão do TAP e não possuir nenhuma pendência operacional impeditiva.

23.1.3.2.5. Aceitação Definitiva do Trem (TAD): 10% (dez por cento) a serem pagos pró-rata para cada TREM deverá ser pago ao Fornecedor após a emissão do certificado de aceitação pela respectiva entrega de cada um dos trens, emitido pelo Comprador, depois de resolver todas as questões pendentes e emissão do projeto “as built”.

23.1.4. SIMULADOR DE TREINAMENTO OPERACIONAL

O item 4 da Planilha de Proposta deverá ser pago conforme segue:

23.1.4.1. Aprovação do Projeto: 20% (vinte por cento) a serem pagos após aprovação pelo Comprador do projeto dos sistemas simuladores de trens e vias das Linhas 1, 2 e 3 e após apresentação da reivindicação pela Contratada.

23.1.4.2. Entrega e Instalação do Simulador: 60% (sessenta por cento) a serem pagos pró-rata após recebimento e instalação de cada Simulador nas dependências da Contratante, mediante reivindicação apoiada pelo certificado de aceitação emitido pelo Comprador.

23.1.4.3. Comissionamento e Aceitação do Simulador: 20% (vinte por cento) a serem pagos pró-rata após a aprovação do comissionamento do sistema Simulador de Operação, e apresentação da reivindicação pela Contratada.

23.1.5. SISTEMA MONITORAMENTO E MEDIÇÃO DE VIA

O item 5 da Planilha de Proposta deverá ser pago conforme segue:

23.1.5.1. Aprovação do Projeto: 20% (vinte por cento) a serem pagos após a aprovação pelo Comprador do projeto dos sistemas de monitoramento e medição de via e após apresentação da reivindicação pela Contratada.

23.1.5.2. Entrega e Instalação: 60% (sessenta por cento) a serem pagos pró-rata após recebimento e instalação de cada sistema nos trens nas dependências da Contratante, mediante reivindicação apoiada pelo certificado de aceitação emitido pelo Comprador.

23.1.5.3. Comissionamento e Aceitação do Sistema: 20% (vinte por cento) a serem pagos pró-rata após a aprovação do comissionamento dos sistemas nos trens e apresentação da reivindicação pela Contratada.

23.1.6. SOBRESSALENTES

O item 6 da Planilha de Proposta deverá ser pago (100% da peça) após a entrega do material, nas dependências da Contratante e mediante emissão de certificado de aceitação.

23.1.7. TERMINAL PORTÁTIL DE MANUTENÇÃO (NOTEBOOKS)

O item 7 da Planilha de Proposta deverá ser pago por unidade fornecida, instalada, testada e aprovada conforme item 1.10.15 da especificação técnica.

23.1.8. CHAVE PADRÃO EM AÇO INOX

O item 8 da Planilha de Proposta deverá ser pago por unidade fornecida, testada e aprovada conforme item 1.11.25 da especificação técnica.

23.1.9. MÓDULO DE CABINE TREM UTO

O item do 9 da Planilha de Proposta deverá ser pago por unidade fornecida conforme segue:

- 23.1.9.1. Aprovação do Projeto: 10% (dez por cento) devem ser pagos após a aprovação do projeto do módulo de cabine conforme descrito no item 2.7 da especificação técnica.
- 23.1.9.2. Entrega e Instalação: 80% (oitenta por cento) devem ser pagos pró-rata após a entrega, instalação e aprovação pelo Comprador dos equipamentos de cada módulo de cabine fornecido.
- 23.1.9.3. Desinstalação: 10% (dez por cento) devem ser pagos pró-rata após a desinstalação do módulo de cabine dos trens conforme solicitação a ser realizada pelo Comprador.
- 23.1.9.4 O certificado de aceitação que é mencionado nos itens 23.1.3.1.2, 23.1.3.1.6, 23.1.3.2.1, 23.1.3.2.5, 23.1.4.2, 23.1. 5.2 e 23.1.6 da Norma de Medição é o Boletim de Inspeção de Material – BIM, nos termos da cláusula 1.

23.1.10 PAGAMENTO ANTECIPADO.

- 23.1.10.1 Este Contrato prevê pagamento antecipado nos termos do item 8.9 .

24. SOBRESSALENTES

- 24.1 A CONTRATADA deve fornecer os sobressalentes, conforme previsto no Edital, fornecendo itens especificados no anexo MODELO DE PLANILHA DE SOBRESSALENTES, o qual integra o contrato.
- 24.2 A relação dos sobressalentes deverá indicar os códigos de referência da CONTRATADA e/ou de seus subfornecedores para cada produto, peça ou equipamento.
- 24.3 Modificações introduzidas nos Sistemas:
 - 24.3.1 Sempre que a CONTRATADA introduzir modificações nos equipamentos fornecidos sob este contrato, ou em partes ou elementos dos mesmos, deverá a CONTRATADA comunicar tais modificações à CONTRATANTE, por escrito, incluindo os desenhos e/ou esquemas e/ou manuais relativos a estas modificações nos equipamentos de sua propriedade, e evitar dificuldades em obter Sobressalentes ou substituir os referidos equipamentos. Caso assim não procedam, ficarão automaticamente obrigadas a realizar, por sua conta, os estudos de modificações, quando for julgado necessário pela CONTRATANTE.
 - 24.3.1.1 Toda modificação deverá ter a prévia autorização da CONTRATANTE.
 - 24.3.1.2 Haverá reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em favor da CONTRATANTE, caso a CONTRATADA obtenha vantagem em decorrência das modificações por ela introduzidas.
 - 24.3.2 Caso venha ocorrer alguma alteração de projeto que implique em modificação dos sobressalentes recomendados, a CONTRATADA deverá encaminhar relação revisada à CONTRATANTE.
 - 24.3.2.1 Na hipótese do item anterior, caso a alteração de projeto tenha ocorrido por responsabilidade da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá pleitear junto à CONTRATADA a substituição dos materiais eventualmente adquiridos e que se tornarem inservíveis por conta da alteração de projeto, sem ônus adicionais à CONTRATANTE, ou o ressarcimento dos custos de aquisição de novos sobressalentes, mediante o devido processo administrativo.

- 24.4 Suspensão ou descontinuidade na produção de qualquer equipamento:
- 24.4.1 No caso de suspensão ou descontinuidade na produção de qualquer equipamento de sua fabricação ou de fabricação de seus Subfornecedores principais, a CONTRATADA obriga-se a:
- a) Notificar previamente a CONTRATANTE em tempo hábil para permitir a compra de itens julgados necessários.
 - b) Desenvolver a fonte alternativa de suprimento ou ceder à CONTRATANTE os desenhos de fabricação do equipamento cuja fabricação foi suspensa ou descontinuada.

25. TREINAMENTO

- 25.1 O Treinamento deverá ser realizado conforme estabelecido na CS-9.86.0X.00/700-001.

26. ENTREGA E APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

26.1 DOCUMENTOS TÉCNICOS

26.1.1 Entrega:

- 26.1.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da emissão da primeira Ordem de Serviço - OS, o Índice de Documentos – da documentação técnica conforme CS-9.86.0X.00/700-001.

- 26.1.1.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que ocorrer alterações na documentação previamente apresentada, a atualização do Índice de Documentos – ID da documentação técnica.

- 26.1.1.1.2 A CONTRATADA é a responsável pela elaboração e entrega de toda a documentação técnica relacionada nos Índices de Documentos (ID) de cada sistema, submetidos à aprovação prévia pela CONTRATANTE e em conformidade às diretrizes estabelecidas nos manuais fornecidos, bem como por respeitar os requisitos e as etapas de fornecimento e projeto definidas.

- 26.1.1.1.3 A entrega da documentação técnica deve ser de forma consistente e de acordo com as datas de fornecimento dos projetos definidas no Cronograma de Barras Geral (FÍSICO) aprovado.

- 26.1.1.1.4 Análise de Consistência é o exame para avaliar se o documento técnico emitido pela CONTRATADA está apto para permitir sua análise técnica. Para isso, deve atender os seguintes requisitos:

a) Não deve apresentar erros de concepção de projeto e deve estar suficientemente claro e compatibilizado com o projeto;

b) O formato conforme especificado no Instrumento Normativo MAN-10-204 da COMPANHIA DO METRÔ;

c) A boa qualidade de impressão;

d) O aproveitamento adequado da folha (no caso de desenho);

e) O sequenciamento ou precedência de emissão de classes, conforme orientação na tabela de relacionamento de classes TABELA 2 e TABELA 3, conforme Instrumento Normativo MAN-10-202 da COMPANHIA DO METRÔ.

- f) A correlação entre documentos (Ex. desenhos sem memória de cálculo)
 - g) As assinaturas nos campos obrigatórios, tanto física como digital.
- 26.1.1.1.5 Toda a documentação entregue para análise deve estar completa, de forma a permitir total entendimento de seu conteúdo. Não serão aceitos desenhos sem acompanhamento da respectiva memória de cálculo, tabela de coordenadas ou situação equivalente.
- 26.1.1.1.6 Se não houver inconsistências, o documento deve seguir para análise técnica e pode ser medido pela CONTRATADA após aprovação, quando for previsto em contrato, caso contrário, deve ser classificado como inconsistente, não será aceito e devolvido para revisão, não cabendo medição ou pagamento para ele.
- 26.1.1.2 Toda documentação técnica para análise deve ser encaminhada à CONTRATANTE ou a quem ela definir em 2 (duas) cópias em papel, acompanhadas de suas respectivas mídias eletrônicas editáveis e mídias assinadas digitalmente no formato PDF com certificação digital válida pelo ICP-Brasil.
- 26.1.1.3 Os arquivos eletrônicos editáveis correspondentes à documentação técnica elaborada pela CONTRATADA devem ser entregues conforme aprovados em formato nativo, editáveis e sem senhas ou restrições de acesso, nas versões de software indicadas pelo CONTRATANTE.
- 26.1.1.4 A documentação técnica aprovada, com a finalidade de arquivamento permanente, deve ser enviada à CONTRATANTE como segue:
- a) Arquivos editáveis em formato nativo e em formato .pdf, assinados digitalmente com certificação digital, válido pelo ICP-Brasil.
 - b) Original em papel (no caso de arquivo texto) e papel vegetal (para casos de desenhos, diagramas e esquemas), assinados pelos autores e pela CONTRATADA, conforme estabelecido no manual MAN-10-204.
- 26.1.2 Revisão e Aprovação:
- 26.1.2.1 A CONTRATANTE analisará a documentação técnica encaminhada pela CONTRATADA num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de entrega física, exceto para os manuais de operação, manutenção, software e treinamento que serão analisados num prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 26.1.2.2 A CONTRATANTE ou a quem ela definir emitirá e encaminhará um Relatório de Verificação (RV) contendo um parecer com comentários sobre a análise efetuada, o qual determinará a aprovação do documento técnico ou indicará a necessidade de correção ou ajustes.
- 26.1.2.3 A CONTRATADA deve encaminhar à CONTRATANTE, num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de entrega do Relatório de Verificação, o documento técnico revisado com base nos comentários gerados pela análise.
- 26.1.2.4 O fato de a CONTRATANTE ter aprovado determinada documentação não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades disciplinadas neste contrato, bem como das adequações que se fizerem necessárias quando da detecção de qualquer falha e/ou incompatibilidade com as demais classes de projeto, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 26.1.2.5 A CONTRATADA deverá executar as alterações necessárias na documentação técnica, incluso Índice de Documentos (ID), em decorrência da evolução física do empreendimento, de acordo com as orientações da CONTRATANTE.
- 26.2 CRONOGRAMAS E DOCUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO

26.2.1 CRONOGRAMA DE BARRAS GERAL (FÍSICO)

- 26.2.1.1 Em até 15 (quinze) dias contados da data da emissão da primeira Ordem de Serviço – OS do Instrumento Contratual, a CONTRATADA deve apresentar para análise e aprovação da CONTRATANTE, o Cronograma de Barras Geral (Físico), elaborado em conformidade com os prazos estabelecidos no item VIGÊNCIA/PRAZOS, e com as Especificações Contratuais, anexas a este CONTRATO.
- 26.2.1.2 Após análise do Cronograma de Barras Geral (Físico) pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deve atender aos eventuais comentários que condicionem a aprovação do referido documento, num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir de sua comunicação. Será tolerado o limite de 2 (dois) reencaminhamentos, considerando o mesmo prazo para atendimento dos comentários.
- 26.2.1.3 A partir do terceiro reencaminhamento a CONTRATADA estará sujeita às eventuais penalidades e outras consequências previstas no presente contrato.
- 26.2.1.4 Após a sua aprovação pela CONTRATANTE, o Cronograma de Barras Geral (Físico), passará a integrar o contrato e irá orientar a execução de todas as atividades objeto deste instrumento

26.2.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 26.2.2.1 Em até 15 (quinze) dias contados da data de emissão da primeira Ordem de Serviço (OS) do Instrumento Contratual, a CONTRATADA deve apresentar para a CONTRATANTE, o Cronograma Físico- Financeiro.
- 26.2.2.2 O Cronograma Físico-Financeiro de contrato deve estar compatibilizado com o Cronograma de Barras Geral (Físico).
- 26.2.2.3 No caso de modificações nos prazos de execução, que impliquem na revisão do Cronograma de Barras Geral (Físico), a CONTRATADA deve compatibilizar o Cronograma Físico-Financeiro e apresentá-lo para a CONTRATANTE, respeitando o prazo para atendimento aos comentários.
- 26.2.2.4 A CONTRATADA deve atender aos eventuais comentários num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da sua comunicação.
- 26.2.2.5 A CONTRATADA deve apresentar o Cronograma Físico-Financeiro atualizado, compatibilizado com o Cronograma de Barras Geral (Físico) vigente, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da sua comunicação.
- 26.2.2.6 A aprovação do Cronograma de Barras Geral (Físico) e a apresentação do Cronograma Físico-Financeiro são condicionantes para liberação do pagamento das medições mensais à CONTRATADA, conforme Cláusula Pagamento deste Contrato.

26.2.3 DOCUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO.

- 26.2.3.1 A CONTRATADA deve apresentar mensalmente para validação da CONTRATANTE as Programações de Atividades descritas nos itens 26.2.3.2 e 26.2.3.3, elaboradas em conformidade com a Especificações Contratuais.
- 26.2.3.2 Programação de Atividades específica de Projetos: contemplando todas as atividades relativas à elaboração, entrega e aprovação, pelo Gestor do contrato, de toda documentação técnica, escopo de fornecimento integrantes do edital que precedeu o presente instrumento, juntamente com o Índice de Documentos – ID.

26.2.3.3 Programação de Atividades específica de Fabricação contemplando todas as etapas de provisionamento de componentes e matérias-primas, fabricação, testes, ensaios de tipo e especiais, testes e inspeções de rotina, tanto internas quanto com o cliente, embalagem, transporte e entrega dos equipamentos objeto do fornecimento.

26.2.3.4 Após a análise da Programação de Atividades pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deve atender aos eventuais comentários que condicionem a validação do referido documento, num prazo máximo de 02 (dois) dias contados a partir da sua comunicação.

27 ACEITAÇÃO

27.1 O recebimento do objeto contratual se processará conforme cláusulas abaixo:

27.1.1 O Termo de Aceitação Definitiva (TAD) será emitido pela CONTRATANTE, após a aprovação final dos serviços, desde que constatada a eliminação de todas as pendências técnicas acerca da execução total do objeto do Contrato.

27.1.2 A aceitação provisória ou definitiva, não exime a CONTRATADA das responsabilidades assumidas em função da lei ou do Contrato, tampouco afasta as garantias e seguros previstas neste Contrato.

27.1.3 O Termo de Encerramento de Contrato (TEC) será emitido pela CONTRATANTE e ratificado pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, desde que não haja pendências fiscais, tributárias, financeiras e trabalhistas e após a aceitação definitiva do objeto contratual.

28 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

28.1 Qualquer alteração deste contrato, bem como dos seus anexos, somente será válida quando formalizada por aditamento.

28.1.1. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei federal nº 14.133/2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei federal nº 14.133/2021).

28.1.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, o equilíbrio econômico financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo."

29 COMUNICAÇÕES

29.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, somente serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas aos Gestores respectivos, à exceção dos documentos mencionados na Cláusula Pagamento.

29.1.1 A CONTRATANTE indica através de correspondência anexa ao presente contrato o nome do responsável pela gestão deste Instrumento.

29.1.2 A CONTRATADA deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito o nome do preposto respectivo, obedecendo ao modelo da carta de gestão entregue pela CONTRATANTE.

29.2 Toda e qualquer notificação ou comunicação relativa a este Contrato deverá ser feita por escrito e somente será considerada com protocolo de recebimento.

29.3 Em todo e qualquer documento deverá constar, obrigatoriamente, o número deste contrato.

30 EXTINÇÃO

30.1 Constitui motivo de extinção do presente Contrato, unilateralmente pela CONTRATANTE, além das situações previstas em Lei, quando, por ato da CONTRATADA, se verifique qualquer das ocorrências relacionadas a seguir:

30.1.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, observadas as disposições deste Instrumento, bem como para a hipótese da Contratada não obter dentro do prazo estipulado na cláusula 11.6, não manter ou perder seu nível de credenciamento FINAME compatível com a entrega dos produtos objeto do contrato.

30.1.2 Atraso injustificado para início da execução do objeto deste Contrato.

30.1.3 A subcontratação total ou parcial do serviço contratado;

30.1.4 Cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Contrato.

30.1.5 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do objeto deste Contrato, e desde que não comunicado à CONTRATANTE, a qual poderá anuir ou não com a continuidade deste Instrumento.

30.1.6 Inadimplemento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

30.1.7 A dissolução, a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

30.1.7.1 No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata extinção deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

30.1.7.2 No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata extinção deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

30.1.8 Em qualquer hipótese de extinção contratual, passarão à propriedade da CONTRATANTE os serviços já elaborados ou em elaboração pela CONTRATADA até a data da decisão da extinção, desde que, e na medida em que, possam ser utilizados pela CONTRATANTE

30.2 Extinto o Contrato nos casos acima, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na legislação licitatória e neste Contrato, assim como a sua responsabilização por prejuízos causados à CONTRATANTE, com retenção de eventuais créditos decorridos e/ou execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual, até o limite dos prejuízos causados.

31 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

31.1 A CONTRATANTE poderá determinar a suspensão, total ou parcial, da execução dos serviços, mediante aviso por escrito à CONTRATADA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

31.2 Na ocorrência do acima previsto, a CONTRATANTE indicará, a título orientativo, o prazo estimado e as condições da suspensão.

- 31.3 Em tal caso, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA somente a importância devida por força e nos termos da Cláusula Pagamentos deste Instrumento, pelos serviços realizados até a data da efetiva paralisação das atividades, conforme previsto nesta Cláusula.
- 31.4 Ressalvado o disposto no inciso I do § 3º do art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021, decorridos 90 (noventa) dias da data da suspensão determinada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá formalizar, por escrito, em até 15 (quinze) dias, eventual interesse na extinção contratual ou em suspender as suas obrigações até que seja normalizada a situação. O seu silêncio, após este prazo, será considerado como opção pela suspensão de suas obrigações.
- 31.5 A comunicação para reinício dos serviços deverá ser feita por escrito pela CONTRATANTE, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data prevista para tal, período no qual deverá ser revisto o planejamento geral dos trabalhos e readequadas as “Ordens de Serviço”, sem, contudo ferir qualquer cláusula ou condição definida neste Instrumento.

32 NOVAÇÃO

- 32.1 Se qualquer das partes contratantes permitir, por tolerância, o descumprimento no todo ou em parte de qualquer das cláusulas ou condições do presente Contrato ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

33 MATRIZ DE RISCOS

- 33.1 A Matriz de Riscos define o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e é vinculante para pedidos de revisão.
- 33.2 A Matriz de Riscos caracteriza o equilíbrio econômico inicial do contrato, distribuindo os riscos e ônus, inclusive os financeiros, entre as partes. Sempre que forem atendidas as condições do contrato e da Matriz de Riscos, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pleitos de reequilíbrio relacionados aos riscos assumidos.

34 VINCULAÇÃO AO EDITAL

- 34.1 O presente Contrato está vinculado do Edital da Concorrência Pública Internacional STM Nº 01/2023 e Metrô Nº 10015590 (Processo SEI 026.00003155/2023-69) e à proposta da CONTRATADA.
- 34.1.1 Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei federal nº 14.133/2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, princípios gerais dos contratos

35. FORO

- 35.1 As partes signatárias deste Instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer litígios referentes a este Contrato, que não puderem ser resolvidos na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei federal nº 14.133/2021.;

E, por se acharem justas e acordadas, firmam as partes, nas vias de início referidas, perante as testemunhas abaixo, o presente Contrato, que terá sua eficácia condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.—



São Paulo,

Pela CONTRATANTE

Pela INTERVENIENTE

Pela CONTRATADA: (Razão social completa)

TESTEMUNHAS

ANEXO III (Não aplicável)

As infrações administrativas e sanções são disciplinadas no item 12 do Edital e no item 15 da Minuta de Termo de Contrato que constitui seu Anexo II.

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.2

PLANILHA REFERENCIAL PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO IV.3

MODELO DE PLANILHA DE SOBRESSALENTES

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DESTA PLANILHA: vide item 6.24 e respectivos subitens do edital.

Número da Licitação:	
Objeto:	
Razão Social da proponente:	
Valor Total Proposto:	<div> <div>A data-base dos preços ofertados deverá ser o dia 1º do mês da data do orçamento estimado, isto é, dia 0 1 / 0 4 /2024</div> </div>
REPRESENTANTE	
Nome do representante Legal:	
Assinatura do representante legal:	

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	PREÇO EM R\$ (A)		MOEDA ESTRANGEIRA (B)		MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)		TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL PARA FINS DE COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS (E = A + C +D)
				UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL	TOTAL
1	DOCUMENTAÇÃO E PROJETO	1	gl								
2	TREINAMENTO	1	gl			Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
3	TREM MONTADO	44	un								

[illegible]

ANEXO IV.2 - PLANILHA REFERENCIAL PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

Objeto: Fornecimento de novos trens metroviários para as linhas 2-Verde, 1-Azul e 3-Vermelha do Metrô				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN.	% REFERENCIAL
1	Documentação e Projeto	1	gl	3,2636%
2	Treinamento	1	gl	0,0731%
3	Trem Montado	44	un	81,0810%
4	Simulador de Treinamento Operacional	3	un	2,0358%
5	Sistema de Monitoramento e Medição de Via	3	un	3,8522%
6	Sobressalentes	1	gl	8,3243%
7	Terminal Portátil de Manutenção (Notebooks)	14	un	0,0102%
8	Chave Padrão Inox	440	un	0,0036%
9	Módulo de Cabine UTO	88	un	1,3562%
TOTAL				100,0000%

ANEXO IV.3 - MODELO DE PLANILHA DE SOBRESSALENTES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)		MOEDA ESTRANGEIRA (B)		MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)		TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
				Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Total	Total
1	ESTRUTURA DO CARRO										
1.1	Máscara reforçada de fibra de vidro da extremidade frontal (somente fibra de vidro com pintura de base).	peças	3								
1.2	Console completo com manete de tração e freio, chaves, botões, fiação, conector, displays de LCD, painel de comunicação, etc.	conjuntos	5								
1.3	Vidro do para-brisa da extremidade frontal.	peças	10								
1.4	Painéis de fibra de vidro de acabamento fixo do salão de passageiros (laterais, tetos, cabeceiras, batente dos armários, etc) - conjunto do trem	peças por modelo (carro A e B)	5								

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
1.5	Painéis de acabamento removível ou móvel do salão de passageiros. (Tampo do console, portinholas, tampo do teto para acesso do filtro de ar- condicionado, portas dos armários, etc.) - (conjunto do trem)	peças por modelo (carro A e B)	10					
1.6	Assentos de passageiros - CARRO A	conjuntos	1					
1.7	Assentos de passageiros - CARRO B	conjuntos	2					
1.8	Corrimão (tubos e conexões) - CARRO A	conjuntos	1					
1.9	Corrimão (tubos e conexões) - CARRO B	conjuntos	2					
1.10	Luminárias montadas - CARRO A	conjuntos	1					
1.11	Luminárias montadas - CARRO B	conjuntos	2					
1.12	Lente translúcida branca para iluminação - CARRO A	conjuntos	1					
1.13	Lente translúcida branca para iluminação - CARRO B	conjuntos	2					
1.14	Difusor de ar - CARRO A	conjuntos	1					
1.15	Difusor de ar - CARRO B	conjuntos	2					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMPAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
1.16	Vidro da janela de passageiros (conjunto incluindo basculante) - CARRO A	conjuntos	1					
1.17	Vidro da janela de passageiros (conjunto incluindo basculante) - CARRO B	conjuntos	2					
1.18	Vidro da porta de passageiros - CARRO A	conjuntos	1					
1.19	Vidro da porta de passageiros - CARRO B	conjuntos	2					
1.20	Passagem entre carros (passadeira, fole externo e painel de acabamento interno)	conjuntos	10					
1.21	Folhas de portas (completo com beijo, guias, suportes, guarnição e vidro)	conjuntos para um	3					
1.22	Guarnição do vidro do para-brisa	peças	20					
1.23	Guarnição do vidro das janelas do salão - Carro A	conjuntos	3					
1.24	Guarnição do vidro das janelas do salão - Carro B	conjuntos	2					
1.25	Guarnição do vidro das portas do salão	conjuntos	3					
1.26	Indicadores luminosos iminentes de fechamento das portas, dos batentes de portas (conjunto por porta)	conjuntos	48					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
2	TRUQUE							
2.1	Truque completo montado com caixa de engrenagens e motores de tração. (conjunto inclui componentes pneumático e elétrico)	conjuntos	10					
2.2	Caixa de engrenagens completa. (sem óleo, mas protegido contra corrosão)	conjuntos	17					
2.3	Carcaça da caixa de engrenagens. (Incluído as tampas e parafusos, protegido contra corrosão)	peças	7					
2.4	Alojamento do mancal do eixo. (conjunto com tampas, labirintos, retentores, parafusos e sem rolamentos - protegido contra corrosão)	conjuntos para cada tipo	17					
2.5	Sensores de temperatura do mancal (se for separado do rolamento)	peças	30					
2.6	Rodeiro completo (rodas + eixo + caixa de engrenagens);	conjuntos	30					
2.7	Eixo (protegido contra corrosão)	peças	16					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
2.8	Cilindro do freio.	peças	20					
2.9	Cilindro do freio com freio de estacionamento.	peças	10					
2.10	Discos de freio.	peças	340					
2.11	Suporte de sensor de descarrilamento	peças	25					
2.12	Sensores do sistema de detecção de descarrilamento	peças	50					
2.13	Rodas usinadas com anéis insonorizadas (protegido contra corrosão)	peças	100					
2.14	Estrutura rígida do truque (usinado, pintado e pronto para uso - protegido contra corrosão nas partes usinadas)	peças	14					
2.15	Bolsa de ar (conjunto - base, batente resiliente e bolsa de ar)	conjuntos	40					
2.16	Rolamentos do rodeiro (com sensor de temperatura)	peças	240					
2.17	Sapatilhas de freio	conjuntos para cada	480					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
2.18	Válvulas de nivelamento	peças	60					
2.19	Conjuntos de bielas de tração (um conjunto para cada truque)	peças	100					
2.20	Conjuntos de coxim do motor de tração (conjunto para cada motor)	conjuntos	200					
2.21	Captador de energia do terceiro trilho (conjunto com base, braços, molas e pastilha de contato)	peças	100					
2.22	Pastilha de contato do terceiro trilho	peças	500					
2.23	Suspensão primária (conjunto para um truque)	conjuntos	120					
2.24	Conjuntos de engrenagens para caixa de redutores (conjunto completo para uma caixa redutora)	conjuntos	5					
2.24	Conjuntos de rolamentos para caixa de redutores (conjunto completo para uma caixa redutora)	conjuntos	5					
2.25	Suporte isolado para conjunto coletor de corrente	peças	50					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
2.26	Conjunto de bico aspersor para lubrificador de flange da roda (conjunto para um rodeiro)	conjuntos	8					
2.27	Óleo lubrificador de flange da roda	litros	100					
2.28	Óleo lubrificante do redutor	litros	400					
3	SISTEMA DE TRAÇÃO							
3.1	Inversor de tração de potência completa montado.	conjuntos	10					
3.2	Módulo de tração de potência.	conjuntos	20					
3.3	Módulo de comando de tração	conjuntos	20					
3.4	Resistor de freio elétrico.	conjuntos	10					
3.5	Disjuntor de alta velocidade.	peças	20					
3.6	Indutor do filtro de linha.	peças	5					
3.7	Capacitor do filtro de linha.	conjuntos	15					
3.8	Motor de tração.	peças	30					
3.9	Acoplamento resiliente (conjunto para um motor de tração)	peças	50					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
3.10	Rolamentos para motor de tração (conjunto para um motor)	conjuntos	60					
4	SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA AUXILIAR							
4.1	Conversor de corrente alternada completo montado. (CVS - Auxiliar completo)	conjuntos	10					
4.2	Transformador de energia.	peças	10					
4.3	Módulo de energia.	peças	10					
4.4	Módulo de controle.	peças	10					
4.5	Bateria.	conjuntos	10					
4.6	Fusível para sapata coletora	peças	240					
5	SISTEMA DE CONTROLE DE FRENAGEM ELETRÔNICA							
5.1	Unidade eletrônica de freio e anti deslizamento	conjuntos	20					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
5.2	Unidade de controle de freio pneumático. (conjunto completo de válvulas pneumáticas)	conjuntos	20					
5.3	Unidade de controle pneumática anti deslizametro	conjuntos	20					
6	ABASTECIMENTO DE AR COMPRIMIDO							
6.1	Módulo de ar comprimido completo montado.	conjuntos	7					
6.2	Unidade do compressor de ar.	peças	14					
6.3	Unidade do secador a ar.	peças	28					
6.4	Elemento secante	kg	200					
7	AR-CONDICIONADO							
7.1	Módulo completo de ar-condicionado montado (chassis com compressores/condensadores/evaporadores/filtros).	conjuntos	12					
7.2	Compressor do ar-condicionado.	peças	50					
7.3	Módulo de comando e controle de ar-condicionado.	peças	17					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
7.4	Módulo completo do compressor/condensador/evaporador.	conjuntos	7					
7.5	Painel de comando e controle com inversores VVVF do Ar Condicionado	peças	24					
7.6	Gás	Kg	150					
7.7	Filtros (conjunto para uma unidade de ar refrigerado)	conjuntos	200					
8	CONTROLE DA PORTA							
8.1	Mecanismo completo de acionamento da porta montado com motor. (conjunto completo com motor, fusos, trilhos, mancais, suportes, etc. e sem as folhas de portas)	conjuntos	40					
8.2	Unidade de comando e controle da porta.	peças	30					
8.3	Unidade de controle central da porta.	peças	10					
8.4	Motor Elétrico	peças	48					
8.5	Sinalização Interna e Individual da Porta	peças	48					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
8.6	Conjunto de suspensão da porta	peças	24					
8.7	Conjunto de fuso da porta	peças	48					
9	SISTEMA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS							
9.1	Sistema completo de endereço público.	conjuntos	10					
9.2	Amplificador.	peças	20					
9.3	Módulo de comando.	peças	10					
9.4	Display do mapa de linha dinâmico.	peças	30					
9.5	Displays Multimídia TFT	peças	30					
9.6	Display de mensagem do compartimento dos passageiros.	peças	20					
9.7	Display de destino final frontal.	peças	10					
9.8	Interface de ethernet.	peças	10					
10	CCTV							
10.1	Módulo de controle.	conjuntos	10					
10.2	Gravador de vídeo.	conjuntos	15					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
10.3	Gravador de vídeo em caixa preta.	peças	10					
10.4	Câmera de vídeo.	peças	50					
10.5	Monitor de vídeo LCD.	peças	10					
10.6	Interface de ethernet.	peças	10					
10.7	Conjunto de suporte e alojamento protetor para câmera	peças	50					
11	SISTEMA TCMS							
11.1	Módulo de controle mestre/central.	conjuntos	10					
11.2	Módulo de controle local.	conjuntos	15					
11.3	Interface de ethernet.	peças	20					
11.4	Display de informações do console LCD.	peças	10					
12	SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO							
12.1	Módulo de detecção de incêndio.	conjuntos	15					
12.2	Detectores de incêndio	peças	20					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
12.3	Módulo de combate ao incêndio (conjunto de cilindros de nitrogênio e água)	conjuntos	6					
12.4	Extintores de incêndio	peças	50					
13	ACOPLADORES							
13.1	Acoplador automático.	conjuntos	10					
13.2	Acoplador semipermanente.	conjuntos	14					
13.3	Cabo jumper montado. (conjuntos de todos os cabos jumper para um trem envolvendo de potência, de sinais digitais de rede, de comunicação, etc.)	conjuntos	14					
13.4	Porção elétrica (conjunto com todos os pinos e alojamento completo com tampa)	conjuntos	18					
14	SISTEMA MONITORAMENTO E INSPEÇÃO VIA							
14.1	Subsistema de monitoramento e medição de via	conjunto	1					
14.2	Subsistema de medição de vibração mecânica	conjunto	5					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
15	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO							
15.1	Módulo de Interface	Conjuntos	5					
15.2	Bridges RCTT	Peças	10					
15.3	Antenas RCTT	Peças	10					
15.4	Transceptores de VHF	Peças	10					
15.6	Firewall	peça	10					
15.7	Switches Core	peça	10					
15.8	Antenas do D.A.S.	peça	20					
15.9	Cabo Radiante	metro	240					
15.5	Módulo interface rádio VHF	Peças	10					
16	SISTEMA DE AUXÍLIO DA MANUTENÇÃO							
16.1	Computadores de interface	peças	4					
17	MISCELÂNEAS							

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO EM R\$ (A)	MOEDA ESTRANGEIRA (B)	MOEDA ESTRANGEIRA CONVERTIDA (R\$) (C)	TOTAL DAS TAXAS E CUSTOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO APENAS NOS CASOS DE BENS FABRICADOS FORA DO BRASIL A SEREM IMPORTADOS (D)	PREÇO TOTAL (E = A + C +D)
17.1	Conjunto de Limpador de para brisa (conjunto com Motor, haste do limpador e paleta)	conjuntos	12					
17.2	Motor do limpador de para-brisa	peças	8					
17.3	Haste do limpador de para-brisa	peças	16					
17.4	Paleta do limpador de para-brisa	peças	50					
17.5	Buzina pneumática	peças	12					
17.6	Buzina elétrica para CBTC	peças	18					
17.7	Faróis, luzes demarcadores e lanternas (conjunto para um trem)	conjuntos	6					
17.8	Reservatório de água do esguichador	peças	4					
17.9	Motor elétrico da bomba do esguichador	peças	16					

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO V.2 - MODELO DE CARTA DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

ANEXO V.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência Internacional nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2 - MODELO DE CARTA DE HABILITAÇÃO**(EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)**

Atenção: em caso de apresentação de proposta por meio de consórcio, cada uma das empresas integrantes deste deverá apresentar este documento devidamente preenchido.

Local:		Data:	
Razão Social da proponente:			
À STM - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Boa Vista, 175, Cidade 2 São Paulo – SP			
Número da Licitação:			
Objeto:			
<p>Prezados senhores,</p> <p>A proponente acima identificada, por seu representante devidamente constituído, apresenta os documentos exigidos para a sua Habilitação, nas condições estabelecidas no Edital, cujos termos aceita incondicionalmente inclusive, os da Minuta do Contrato, e declara:</p> <p>(i) não haver fatos supervenientes que impeçam a habilitação desta proponente, bem como que não sofreu a imposição de sanção que a impossibilite de participar desta licitação;</p> <p>(ii) sob as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.</p> <p>(iii) sob as penas da lei, que observa as Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;</p> <p>(iv) sob as penas da lei, ter ciência de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL, exceto se suspenso, impede a contratação com a Contratante, de acordo com a Lei estadual nº. 12.799/08, sem prejuízo das demais cominações legais.</p> <p>(v) que, no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado.</p> <p>(vi) estar ciente, caso a proponente esteja em recuperação judicial, de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a PROPONENTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.</p> <p>(vii) estar ciente, caso a proponente esteja em recuperação extrajudicial, de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.</p> <p>(viii) sob as penas da lei, que não serão fornecidos ou utilizados, na execução do objeto licitado, produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em cumprimento à Lei estadual nº 12.684 de 26 de julho de 2007.</p> <p>(ix) estar ciente de que, caso a execução do objeto licitado envolva demolição ou substituição de materiais que contenham amianto em sua composição, deverão ser atendidas as normas técnicas de proteção e preservação da saúde do trabalhador e da comunidade.</p>			
REPRESENTANTE			
Nome do representante Legal:			
Assinatura do representante legal:			

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

(Não aplicável)

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN.	Data-base: 01/04/24	
				PREÇOS EM REAIS	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Documentação e Projeto	1	gl	122.219.228,51	122.219.228,51
2	Treinamento	1	gl	2.737.664,22	2.737.664,22
3	Trem Montado	44	un	69.008.595,54	3.036.378.203,76
4	Simulador de Treinamento Operacional	3	un	25.412.552,47	76.237.657,41
5	Sistema de Monitoramento e Medição de Via	3	un	48.086.354,54	144.259.063,62
6	Sobressalentes	1	gl	311.734.028,16	311.734.028,16
7	Terminal Portátil de Manutenção (Notebooks)	14	un	27.157,07	380.198,98
8	Chave Padrão Inox	440	un	303,66	133.610,40
9	Módulo de Cabine UTO	88	un	577.151,60	50.789.340,80
VALOR TOTAL (R\$)					3.744.868.995,86

Notas:

1. Fontes de Pesquisas de Preços:
 - a. Pesquisas de Preços de Mercado

ANEXO VIII

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (Não aplicável)

ANEXO IX INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, a licitante deverá prestar garantia em conformidade com uma das modalidades do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, observada a disciplina deste Edital. Cabe à licitante optar por uma dessas modalidades, estando, entretanto, os termos do seguro garantia e os da fiança bancária sujeitos à prévia aprovação pela Contratante.
2. A garantia prestada na modalidade de fiança bancária deve estar acompanhada, obrigatoriamente, de original ou cópia autenticada do instrumento que dá poderes para os signatários do documento de garantia. Sendo os signatários diretores da instituição garantidora, apresentar original ou cópia autenticada da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária ou do Conselho de Administração. Sendo procuradores, original ou cópia autenticada da Procuração. A(s) assinatura(s) deve(m) estar com firma reconhecida, exceto quando emitidas com certificação digital.
3. A modalidade de seguro garantia está dispensada da apresentação de comprovação dos poderes dos signatários, desde que seja possível a verificação do registro da apólice junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. A apólice deve estar com firmas reconhecidas das assinaturas, exceto se emitida por meio de certificação digital.
4. A Fiança Bancária, se esta vier a ser a modalidade de garantia ajustada, deverá ser apresentada na forma e conteúdo do modelo anexo deste Edital.
5. A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, ter seu valor expresso em REAL e, se aplicável, com atualização automática de seu valor, na mesma época, forma e periodicidade, estabelecidas na Cláusula Reajuste da Minuta do Contrato Anexo deste Edital, devendo ser apresentada conforme modelo anexo deste Edital

ANEXO X

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA CONTRATUAL

Local: _____ Data: ____/____/____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ da Proponente: _____

À STM - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Número da Licitação: _____

Objeto: _____

Número do Contrato: _____

Valor da Fiança: R\$ _____

Por extenso: _____

Prazo da Fiança: _____ Meses ou Dias: _____

Por extenso: _____

Recomendado o prazo de vigência contratual acrescido de 30 (trinta) dias.

DADOS DO BANCO FIADOR

Nome do Banco: _____

Endereço (Rua, Avenida, etc.): _____

Número: _____ Complemento: _____ CEP: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ País: _____

CNPJ nº: _____

DADOS DA PROPONENTE

Endereço (Rua, Avenida, etc.): _____

Número: _____ Complemento: _____ CEP: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ País: _____

CNPJ nº: _____

Prezados senhores,

Ref.: FIANÇA BANCÁRIA

5. Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o BANCO acima identificado, por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador, até o limite informado, da empresa também já indicada, em garantia à fiel, completa, cabal e perfeita execução pela Contratada dos termos do Contrato supracitado, celebrado entre a empresa afiançada e essa Contratante, cujo objeto segue sobrescrito.

5.1 O valor limite acima estabelecido será automaticamente atualizado na mesma época, forma e periodicidade determinadas na Cláusula Reajuste do Contrato afiançado.

6. A fiança ora concedida visa assegurar o cumprimento, por parte da afiançada, de toda e qualquer cláusula e/ou condição relativa ao Contrato supra indicado, podendo o valor de tal fiança ser recebido por essa Contratante, a qualquer tempo, independentemente de autorização ou mera concordância da afiançada, ou ainda de ordem judicial, bem como de qualquer prévia justificação.

7. Este Banco, neste ato, renuncia expressamente aos benefícios do artigo 827, do Código Civil Brasileiro, e declara, sob as penas da Lei que:

7.1 Está legal e estatutariamente autorizado a emitir a presente carta de fiança;

7.2 Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária e regulamentações do Banco Central aplicáveis;

7.3 O valor da presente fiança se contém dentro dos limites permitidos por aquela instituição federal.

8. A presente Fiança Bancária vigorará pelo constante acima, contado a partir da data do Contrato ora afiançado, estando sua liberação, em qualquer caso, condicionada a comunicação, por escrito, dessa Contratante.

Nome do representante legal: _____

Assinatura do representante legal: _____

Concorrência Internacional Nº 10015590

ANEXO XI – MODELO DE GARANTIA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO

À

STM - SECRETARIA DOS

TRANSPORTES

METROPOLITANOS DO ESTADO

DE SÃO PAULO SÃO PAULO - SP.

Prezados senhores,

Ref.: FIANÇA BANCÁRIA

1. Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o BANCO, com sede na Cidade deEstado de....., à rua..... nº , inscrito no CNPJ do MF sob

nº, por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador, até o limite de

R\$ (extenso), da empresa

estabelecida na cidade

de estado de à rua nº, inscrita no CNPJ do MF sob nº, em garantia à fiel, completa, cabal e perfeita execução pela CONTRATADA dos termos do

Contrato de nº, celebrado entre a empresa afiançada e essa Contratante, cujo objeto é LICITAÇÃO Nº -

2. A fiança ora concedida visa assegurar o recebimento do pagamento antecipado na quantia de R\$ previsto no Contrato supra indicado, podendo o valor de tal fiança ser recebido por essa Contratante, a qualquer tempo, independentemente de autorização ou mera concordância da afiançada, ou ainda de ordem judicial, bem como de qualquer prévia justificação.

3. Este Banco, neste ato, renuncia expressamente aos benefícios do artigo 827, do Código Civil Brasileiro, e declara, sob as penas da Lei que:

3.1 Está legal e estatutariamente autorizado a emitir a presente carta de fiança;

3.2 Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária e regulamentações do Banco Central aplicáveis;

3.3 O valor da presente fiança se contém dentro dos limites permitidos por aquela instituição federal.

4. A presente Fiança Bancária vigorará da data de sua emissão até a data de término do prazo de vigência contratual, estando sua liberação, em qualquer caso, condicionada a comunicação, por escrito, dessa Contratante.

Recomendado o prazo de vigência contratual acrescido de 30 (trinta) dias.

Juntar original ou cópia autenticada do instrumento que dá poderes para os signatários do documento de garantia. Sendo os signatários diretores da instituição garantidora (banco), apresentar original ou cópia autenticada da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária ou do Conselho de Administração. Sendo procuradores, original ou cópia autenticada da Procuração. As assinaturas devem estar com firma reconhecida, exceto se emitida por meio de certificação digital

ANEXO XII – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: : _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável”;

ANEXO XIII – DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONAM NO BRASIL			
(EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)			
Atenção: em caso de apresentação de proposta por meio de consórcio, cada uma das empresas integrantes deste deverá apresentar este documento devidamente preenchido.			
Local:		Data:	
Razão Social da proponente:			
À STM - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Boa Vista, 175 - 7º Andar São Paulo – SP			
Número da Licitação:			
Objeto:			
Prezados senhores, A empresa (DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE), para fins de participação na Concorrência acima referenciada, declara expressamente que se submete à Legislação Brasileira e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática.			
REPRESENTANTE			
Nome do representante Legal:			
Assinatura do representante legal:			

ANEXO XIV – PROVA DE CONSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO LEGAL PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONAM NO BRASIL

(EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Atenção: em caso de apresentação de proposta por meio de consórcio, cada uma das empresas integrantes deste deverá apresentar este documento devidamente preenchido

O DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR REGISTRADO EM CARTÓRIO, NA CIDADE ONDE ESTÁ LOCALIZADA SUA SEDE

Local:		Data:	
Razão Social da proponente:			
Sede da proponente:			
À STM - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Boa Vista, 175 - 7º Andar São Paulo – SP			
Número da Licitação:			
Objeto:			
<p>Para pessoa jurídica representante:</p> <p>A empresa acima identificada, representada legalmente por (nome do representante legal), portador da carteira de identidade (ID card), nomeia a empresa (razão social da pessoa jurídica representante), com sede na (endereço completo da pessoa jurídica representante), por sua vez representada legalmente por (nome da pessoa física responsável pela representante brasileira), portador da carteira de identidade (nº do RG e Órgão emissor), CPF nº (indicar nº), como sua bastante procuradora para fins de receber citações e responder administrativa e judicialmente em seu nome, para fins do contrato resultante da licitação acima referida..</p>			
<p>Para pessoa física representante:</p> <p>A empresa acima identificada, representada legalmente por (nome do representante legal), portador da carteira de identidade (ID card), nomeia (nome completo da pessoa física representante), com residência e domicílio na (endereço completo da pessoa física representante), portador da carteira de identidade (nº do RG e Órgão emissor), CPF nº (indicar nº), como seu bastante procurador para fins de receber citações e responder administrativa e judicialmente em seu nome, para fins do contrato resultante da licitação acima referida</p>			
REPRESENTANTE			
Nome do representante Legal:			
Assinatura do representante legal:			

ANEXO XV – MODELO DE QUADRO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONAM NO BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL (BALANCE SHEET)

Expresso em - inserir o nome da moeda (Expressed in – insert name of currency)

	EXERCÍCIO SOCIAL (Fiscal Year) dd / mm / yyyy
ATIVO (Assets)	
Ativo Circulante (Current Assets)	
Ativo Não Circulante (Non Current Assets)	
TOTAL DO ATIVO (Total Assets)	
PASSIVO (Liabilities and Shareholder's Equity)	
Passivo Circulante (Current Liabilities)	
Passivo Não Circulante (Non Current Liabilities)	
Patrimônio Líquido (Shareholder's Equity)	
TOTAL DO PASSIVO (Total Liabilities and Shareholder's Equity)	

ANEXO XVI –MODELO DE PERFORMANCE BOND (Para empresas estrangeiras que não funcionam no Brasil)								
Local:					Data:			
Razão Social da proponente:								
À STM - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO Rua Boa Vista, 175 - 7º Andar São Paulo – SP								
Número da Licitação:								
Objeto:								
Número do Contrato:								
Valor da Fiança:		\$:						
		Por extenso:						
Prazo da Fiança:		Meses ou Dias:						
		Por extenso:						
Recomendado o prazo de vigência contratual acrescido de 30 (trinta) dias.								
DADOS DO BANCO FIADOR								
Nome do Banco:								
Endereço (Rua, Avenida, etc):								
Número:		Complemento:		CEP:				
Bairro:		Cidade:		UF:		País:		
CNPJ nº:								
DADOS DA PROPONENTE								
Nome da Proponente:								
Endereço (Rua, Avenida, etc):								
Número:		Complemento:		CEP:				
Bairro:		Cidade:		UF:		País:		
CNPJ nº:								
<p>Prezados senhores,</p> <p>Ref.: PERFORMANCE BOND</p> <p>1. Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o BANCO acima identificado, por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador, até o limite informado, da empresa também já indicada, em garantia à fiel, completa, cabal e perfeita execução pela Contratada dos termos do Contrato supracitado, celebrado entre a empresa afiançada e essa Contratante, cujo objeto segue sobrescrito.</p> <p>1.1 O valor limite acima estabelecido será automaticamente atualizado na mesma época, forma e periodicidade determinadas na Cláusula Reajuste do Contrato afiançado.</p>								

2 A PERFORMANCE BOND ora concedida visa assegurar o cumprimento, por parte da afiançada, de toda e qualquer cláusula e/ou condição relativa ao Contrato supra indicado, podendo o valor de tal fiança ser recebido por essa Contratante, a qualquer tempo, independentemente de autorização ou mera concordância da afiançada, ou ainda de ordem judicial, bem como de qualquer prévia justificação.

3 A presente PERFORMANCE BOND vigorará pelo prazo acima indicado, contado a partir da data de assinatura do Contrato ora afiançado, estando sua liberação, em qualquer caso, condicionada a comunicação, por escrito, dessa Contratante.

Nome do representante Legal:	
Assinatura do representante legal:	

Juntar original ou cópia autenticada do instrumento que dá poderes para os signatários do documento de garantia. Sendo os signatários diretores da instituição garantidora (banco), apresentar original ou cópia autenticada da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária ou do Conselho de Administração. Sendo procuradores, original ou cópia autenticada da Procuração. As assinaturas devem estar com firma reconhecida, exceto se emitida por meio de certificação digital.